

**Ministro da Fazenda**  
Eduardo Refinetti Guardia

**Secretária-Executiva**  
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

**Secretário do Tesouro Nacional**  
Mansueto Facundo de Almeida Junior

**Secretário Adjunto do Tesouro Nacional**  
Otavio Ladeira de Medeiros

**Subsecretários**  
Adriano Pereira de Paula  
Gildenora Batista Dantas Milhomem  
José Franco Medeiros de Moraes  
Liscio Fábio de Brasil Camargo  
Pedro Jucá Maciel  
Pricilla Maria Santana

**Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais**  
Felipe Palmeira Bardella

**Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais**  
Alex Pereira Benício

**Equipe Técnica**  
Fábio Felipe Dáquilla Prates  
Fernando Cardoso Ferraz  
Karla de Lima Rocha  
Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social**  
(ASCOM/Tesouro Nacional)  
Telefone: (61) 3412-1843  
E-mail: [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)  
Disponível em: [www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

*Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 24, n. 04 (Abril 2018). – Brasília : STN, 1995..*

*Mensal.  
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.  
ISSN 1519-2970*

*1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.*

*CDD 336.005*

Vol. 24, N.4 Abril/2018

# Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, maio de 2018

# Sumário

<i>Panorama Geral do Resultado do Governo Central</i>	3
<i>Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior</i>	5
Visão Geral	5
Receitas do Governo Central	6
Transferências do Tesouro Nacional	7
Despesas do Governo Central	8
Previdência Social	11
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior</i>	12
Visão Geral	12
Receitas do Governo Central	13
Transferências do Tesouro Nacional	14
Despesas do Governo Central	15
Previdência Social	16
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior</i>	17
Visão Geral	17
Receitas do Governo Central	18
Transferências do Tesouro Nacional	19
Despesas do Governo Central	20
Previdência Social	21

## Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018 .....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018.....	8
Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018.....	8
Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....	14
Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018.....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018 .....	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....	19
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018 .....	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018 .....	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018.....	22

# Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

a preços correntes

Discriminação	Jan-Abr					Abril				
	R\$ Milhões		Variação (2018/2017)			R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		
	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	460.199,6	507.492,7	47.293,1	10,3%	7,3%	126.024,6	137.706,0	11.681,3	9,3%	6,3%
II. Transf. por Repartição de Receita	76.876,9	83.980,9	7.104,0	9,2%	6,3%	17.996,6	18.497,4	500,8	2,8%	0,0%
III. Receita Líquida Total (I-II)	383.322,7	423.511,8	40.189,2	10,5%	7,5%	108.028,0	119.208,6	11.180,6	10,3%	7,4%
IV. Despesa Total	390.569,9	428.960,1	38.390,2	9,8%	6,8%	95.712,1	112.022,1	16.309,9	17,0%	13,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-7.247,2	-5.448,3	1.799,0	-24,8%	-27,8%	12.315,9	7.186,5	-5.129,4	-41,6%	-43,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	44.755,1	55.764,5	11.009,4	24,6%	21,3%	24.308,8	19.346,8	-4.962,0	-20,4%	-0,1%
Previdência Social (RGPS)	-52.002,3	-61.212,7	-9.210,4	17,7%	14,5%	-11.992,9	-12.160,3	-167,4	1,4%	-1,3%
VII. Resultado Primário/PIB	-0,3%	-0,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	44.999,0	56.029,1	11.030,1	24,5%	21,3%	24.524,2	19.476,9	-5.047,4	-20,6%	45,2%
Resultado do Banco Central	-243,9	-264,6	-20,7	8,5%	5,7%	-215,5	-130,1	85,3	-39,6%	-41,2%
Resultado da Previdência Social	-52.002,3	-61.212,7	-9.210,4	17,7%	14,5%	-11.992,9	-12.160,3	-167,4	1,4%	-1,3%

Em abril de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 7,2 bilhões contra superávit de 12,3 bilhões em abril de 2017. Esta evolução é explicada pela elevação de R\$ 16,3 bilhões (17,0%) na despesa total parcialmente compensada pela elevação de R\$ 11,2 bilhões (10,3%) na receita líquida. Em termos reais a despesa total apresentou elevação de 13,9% condicionado principalmente pela antecipação no calendário de pagamento de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018.

Comparativamente ao acumulado até abril de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 7,2 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 5,4 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 7,5% enquanto a despesa cresceu 6,8%. A elevação da receita é derivada de medidas específicas relacionadas ao PIS/Cofins, do recolhimento do PRT/PERT e à melhora dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação. O crescimento das despesas decorre principalmente da antecipação no calendário de pagamento de precatórios (R\$ 20,2 bi) de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018.

# Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

## Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
II. Transferências por Repartição de Receita	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
III. Receita Líquida Total (I-II)	395.196,5	424.812,6	29.616,1	7,5%
IV. Despesa Total	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	-	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-7.435,7	-5.365,7	2.070,1	-27,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	46.175,6	56.027,4	9.851,8	21,3%
Previdência Social (RGPS)	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	46.427,0	56.293,1	9.866,1	21,3%
Resultado do Banco Central	-251,3	-265,7	-14,3	5,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%

A preços de abril de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 2,1 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 7,4 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 5,4 bilhões em 2018. Essa melhora no resultado decorreu do crescimento da receita líquida (7,5%) em taxa superior à elevação da despesa total (6,8%).

Sobre o aumento da receita, merece destaque a elevação da arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17) bem como o desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT. Sublinhe-se ainda, que outra fonte de elevação de receita tem sido a recuperação da atividade econômica e de indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação.

Por seu turno, a despesa primária foi afetada principalmente pela antecipação no calendário de pagamento de precatórios executado nos meses de maio e junho em 2017 para março e abril do ano vigente.

## Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
COFINS	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Urbana	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
Contr. Plano de Segurança Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
CotaParte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 34,6 bilhões (7,3%) em relação ao acumulado até abril de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 28,6 bilhões (9,4%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 2,5 bilhões (2,1%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 3,5 bilhões (6,7%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação foram:

- aumento de R\$ 11,1 bilhões (16,0%) na Cofins e R\$ 2,7 bilhões (14,1%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis (Decreto 9.101/17) e aumento do volume de venda de bens (aumento real de 6,62% - PMC-IBGE);
- elevação de R\$ 4,0 bilhões (27,7%) no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 4,35% na produção industrial de dezembro de 2017 a março de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a março de 2017;
- elevação de R\$ 2,5 bilhões (25,7%) no imposto de importação derivada, principalmente, da elevação da taxa média de câmbio, redução na alíquota média efetiva do imposto de importação e aumento de 19,0% no valor em dólares das importações;

**Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018**

*R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA*

Discriminação	Jan-Abr	
	2017	2018
Banco do Brasil	146,6	476,9
BNB	64,2	48,8
BNDES	1.609,6	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	54,1	59,9
Petrobras	0,0	0,0
Demais	177,6	121,4
<b>Total</b>	<b>2.052,1</b>	<b>707,0</b>

- elevação de R\$ 5,0 bilhões em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo; e
- redução dividendos e participações em R\$ 1,3 bilhão, explicado em grande parte por recebimentos do BNDES em 2017, sem contrapartida em 2018.

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 9,9 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL), PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa.

## Transferências do Tesouro Nacional

**Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018**

*R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA*

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	63.721,2	66.999,8	3.278,6	5,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.786,3	2.681,6	-104,7	-3,8%
Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.585,4	4.633,2	47,8	1,0%
II.4 Compensações Financeiras	7.059,9	8.870,1	1.810,2	25,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	856,0	800,1	-55,9	-6,5%
II.6 Demais	252,1	247,3	-4,8	-1,9%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 5,0 bilhões (6,3%), em relação ao acumulado até abril de 2017, passando de R\$ 79,3 bilhões 2017 para R\$ 84,2 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 3,3 bilhões (5,1%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE; e
- acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (25,6%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras.

## Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 -Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV . Despesa Total	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	524,0	12.492,8	11.968,8	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
Demais	1.613,9	1.479,3	-134,6	-8,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
Discricionárias Executivo	67.702,3	72.727,7	5.025,3	7,4%
PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
d/q MCMV	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
Demais	62.206,8	67.165,0	4.958,2	8,0%
Discricionárias LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	88.539,6	104.741,5	16.201,9	18,3%
Outras Despesas de Custeio	80.132,9	92.609,1	12.476,2	15,6%
Outras Despesas de Capital	8.406,7	12.132,4	3.725,7	44,3%

A despesa total do Governo Central no acumulado até abril de 2018 atingiu R\$ 430,2 bilhões, 6,8% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 402,6 bilhões.

Essa variação se deve ao efeito combinado da elevação em R\$ 10,2 bilhões (5,9%) em Benefícios Previdenciários, R\$ 5,2 bilhões (5,7%) em Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 6,5 bilhões Outras Despesas Obrigatórias (9,6%) e R\$ 5,6 bilhões (7,9%) em Despesas Discricionárias.

A antecipação no pagamento de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF), condicionou, em grande medida, a elevação das despesas com benefícios previdenciários, pessoal e encargos e outras despesas obrigatórias – outras despesas de custeio e capital sendo pagos, nestas rubricas, R\$ 4,9 bilhões, R\$ 3,5 bilhões e R\$ 11,7 bilhões respectivamente.

A elevação das outras despesas obrigatórias foi parcialmente compensada pela redução em subsídios subvenções e proagro (R\$ 2,8 bilhões), que é resultado do processo de racionalização nos gastos com subsídios e pela diminuição em abono e seguro desemprego (R\$ 1,8 bilhão).

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

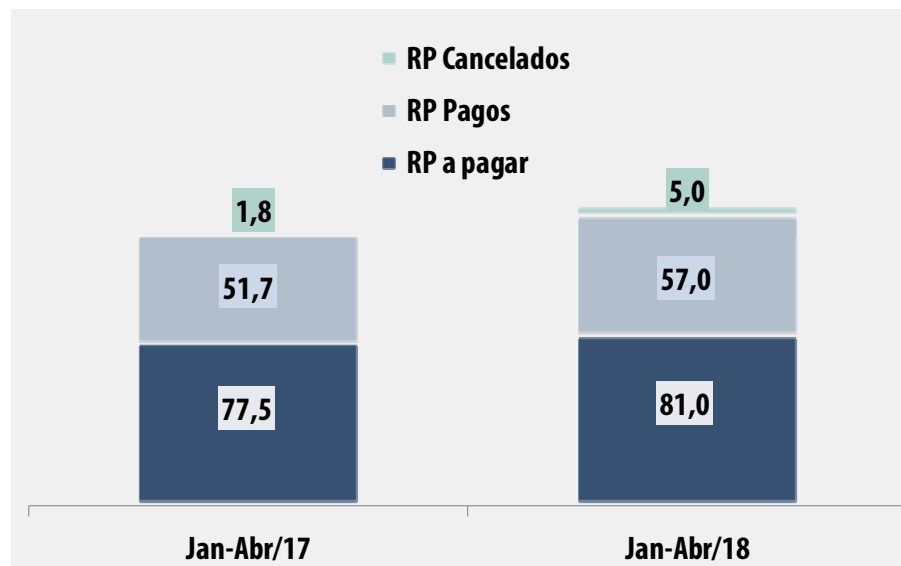


**Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
Ministério da Saúde	30.962,4	33.468,6	2.506,2	8,1%
Ministério da Educação	9.032,8	7.871,5	-1.161,3	-12,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	11.354,3	11.107,8	-246,5	-2,2%
Ministério da Defesa	3.141,8	3.916,2	774,5	24,7%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.096,5	1.000,5	-96,0	-8,8%
Demais órgãos do Executivo	6.619,0	9.724,0	3.105,1	46,9%

As despesas discricionárias – todos os poderes apresentaram elevação de R\$ 5,6 bilhões (7,9%) explicada, quase na totalidade, pelo aumento nas demais despesas discricionárias (R\$ 4,9 bilhões) que respondem pelo custeio e investimento dos ministérios.



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até abril de 2018 correspondeu a R\$ 57,0 bilhões, contra R\$ 51,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.

**Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>Agricultura</b>	<b>4.697,7</b>	<b>3.499,7</b>	<b>-1.198,0</b>	<b>-25,5%</b>
Equalização de custeio agropecuário	1.172,7	628,6	-544,1	-46,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.218,3	852,7	-365,6	-30,0%
Política de preços agrícolas	-288,1	175,8	463,9	-
Pronaf	2.206,3	1.552,4	-653,9	-29,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	45,0	198,7	153,7	341,3%
Álcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-28,9	30,0	58,9	-
Funcafé	31,6	39,7	8,0	25,3%
Revitaliza	9,6	5,5	-4,1	-42,8%
Proagro	304,7	0,0	-304,7	-100,0%
<b>Outros</b>	<b>4.859,0</b>	<b>3.237,0</b>	<b>-1.621,9</b>	<b>-33,4%</b>
Proex	273,1	241,4	-31,6	-11,6%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.526,5	2.848,5	-1.678,0	-37,1%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de cré. dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	164,1	135,3	-28,7	-17,5%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parc. à Rem. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,8	22,3	-2,4	-9,8%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,3	-10,2	-
PNAFE	-132,7	-3,7	129,0	-97,2%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	<b>9.556,6</b>	<b>6.736,7</b>	<b>-2.819,9</b>	<b>-29,5%</b>

## Previdência Social

**Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018**

*R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA*

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Arrecadação Bruta	134.200,4	136.808,3	2.607,9	1,9%
Contribuição Previdenciária	114.911,7	117.103,9	2.192,2	1,9%
Simples/Nacional/PAES	12.524,1	13.373,3	849,2	6,8%
REFIS	73,5	11,9	-61,6	-83,9%
Depósitos Judiciais	534,5	528,3	-6,1	-1,1%
Compensação RGPS	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
(-) Restituição/Devolução	-191,2	-309,4	-118,3	61,9%
(-) Transferências a Terceiros	-15.027,2	-15.054,6	-27,4	0,2%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%

**Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018**

**R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)**

*R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA*

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
CONTRIBUIÇÃO	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Urbano	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
BENEFÍCIOS	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
RESULTADO PRIMÁRIO	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%
Urbano	-18.735,2	-25.763,3	-7.028,0	37,5%
Rural	-34.876,1	-35.629,9	-753,7	2,2%

Comparando os valores acumulados de abril de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 53,6 bilhões para R\$ 61,4 bilhões (14,5%) a preços de abril de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 10,2 bilhões (5,9%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à supracitada antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018 com impacto de R\$ 4,9 bilhões em março de 2018, e à elevação de 613,4 mil (2,1%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,46 (0,5%); e
- elevação real de R\$ 2,5 bilhões (2,1%) na arrecadação líquida, explicada pela elevação da contribuição previdenciária (R\$ 2,2 bilhões, 1,9%) e pelo aumento na arrecadação referente ao simples (R\$ 849,2 bilhões, 6,8%), parcialmente compensadas pela redução de 365,7 bilhões (5,9%) na compensação do RGPS.

# Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

## Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	129.506,4	137.706,0	8.199,5	6,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.544,9	85.259,2	5.714,3	7,2%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	19.642,3	1.655,3	9,2%
II. Transferência por Repartição de Receita	18.493,8	18.497,4	3,6	0,0%
III. Receita Líquida Total (I-II)	111.012,6	119.208,6	8.196,0	7,4%
IV. Despesa Total	98.356,5	112.022,1	13.665,6	13,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	22.469,2	392,6	1,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	24.005,5	10.645,2	79,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.602,9	20.582,6	1.979,7	10,6%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	12.656,1	7.186,5	-5.469,6	-43,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	24.980,4	19.346,8	-5.633,6	-22,6%
Previdência Social (RGPS)	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	25.201,8	19.476,9	-5.724,9	-22,7%
Resultado do Banco Central	-221,4	-130,1	91,3	41,2%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%

A preços de abril de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R\$ 12,7 bilhões em abril de 2017 para um superávit de R\$ 7,2 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou redução de R\$ 5,5 bilhões (43,2%). Essa variação decorreu da elevação de R\$ 13,7 bilhões (13,9%) da despesa total, parcialmente compensada pelo aumento da receita líquida em R\$ 8,2 bilhões (7,4%).

Sobre a elevação da receita líquida, destaque-se os aumentos em Cofins, IPI, Cota-Parte de Compensações Financeiras e Imposto de Importação, compensados pela redução nas receitas com Concessões e Permissões. Com relação ao aumento da despesa, destaque para a elevação em Sentenças Judiciais e Precatórios, em decorrência da antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018. Em abril de 2018 foram pagos R\$ 10,7 bilhões em precatórios referentes a outras despesas de custeio e capital (OCC).

## Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	129.506,4	137.706,0	8.199,5	6,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.544,9	85.259,2	5.714,3	7,2%
Imposto de Importação	2.315,6	3.155,8	840,3	36,3%
IPI	3.783,5	4.654,8	871,3	23,0%
Imposto de Renda	39.051,4	38.939,2	-112,2	-0,3%
IOF	3.469,2	3.155,2	-314,0	-9,1%
COFINS	17.596,6	20.278,0	2.681,4	15,2%
PIS/PASEP	4.785,3	5.399,5	614,3	12,8%
CSLL	7.097,2	7.237,7	140,5	2,0%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	522,8	456,3	-66,5	-12,7%
Outras	923,3	1.982,5	1.059,2	114,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
Urbana	31.215,9	31.819,8	603,9	1,9%
Rural	776,5	984,8	208,2	26,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	19.642,3	1.655,3	9,2%
Concessões e Permissões	1.510,3	271,8	-1.238,5	-82,0%
Dividendos e Participações	228,2	223,1	-5,0	-2,2%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.054,5	1.136,8	82,3	7,8%
CotaParte de Compensações Financeiras	5.971,5	8.551,8	2.580,3	43,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.240,5	-19,3	-1,5%
Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.586,9	-25,5	-1,6%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Operações com Ativos	81,7	84,3	2,6	3,1%
Demais Receitas	6.268,6	6.547,0	278,4	4,4%

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 8,2 bilhões (6,3%), passando de R\$ 129,5 bilhões em abril de 2017 para R\$ 137,7 bilhões em abril de 2018. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 5,7 bilhões (7,2%) na receita administrada pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 812,1 milhões (2,5%) na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 1,7 bilhão (9,2%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- Aumento de R\$ 2,7 bilhões (15,2%) na receita com COFINS, decorrente principalmente do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, a partir de julho de 2017, além do crescimento de 7,8% do volume de vendas no mês de março de 2018 e do crescimento do volume das importações;
- Acréscimos de R\$ 840,3 milhões (36,3%) nas receitas com Imposto de Importação e de R\$ 321,3 milhões (31,2%) no IPI Vinculado à importação (26,3%) fruto de crescimento de 30,88% no valor em dólares das importações, e elevação de 8,42% na taxa de câmbio;
- Elevação em Cota-Parte de Compensações Financeiras (R\$ 2,6 bilhões, 43,2%), decorrente principalmente do aumento do preço internacional do petróleo e da taxa de câmbio; e
- Redução em Concessões e Permissões (R\$ 1,2 bilhão, 82,0%), explicada em grande parte por recebimentos relativos a outorgas aeroportuárias em abril de 2017, sem contrapartida no mesmo mês de 2018.

## Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	18.493,8	18.497,4	3,6	0,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.197,1	15.028,5	-168,7	-1,1%
II.2 Fundos Constitucionais	699,3	690,9	-8,4	-1,2%
Repasse Total	1.010,2	994,3	-15,9	-1,6%
Superávit dos Fundos	310,9	303,4	-7,5	-2,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	961,0	965,4	4,3	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.209,2	1.421,8	212,6	17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	407,3	372,7	-34,6	-8,5%
II.6 Demais	19,8	18,1	-1,7	-8,5%

Em abril de 2018, as transferências por repartição de receita se mantiveram constantes em R\$ 18,5 bilhões na comparação com abril de 2017. Houve elevação nas transferências relativas a Compensações Financeiras (R\$ 212,6 milhões, 17,6%), devido ao crescimento da arrecadação com o tributo que forma a base de repartição.

## Despesas do Governo Central

**Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV . Despesa Total	98.356,5	112.022,1	13.665,6	13,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	34.806,3	35.468,9	662,5	1,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.510,3	9.495,9	-14,4	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	22.469,2	392,6	1,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	24.005,5	10.645,2	79,7%
Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	3.059,0	-214,9	-6,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.614,5	4.700,2	85,7	1,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,2	24,3	-25,9	-51,5%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	2.906,6	3.136,3	229,6	7,9%
FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	1.259,5	-7,2	-0,6%
Fundo Constitucional DF	125,7	122,4	-3,3	-2,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	10.882,2	10.696,1	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	92,5	-84,2	-47,6%
FIES	264,9	305,2	40,3	15,2%
Demais	495,0	423,8	-71,2	-14,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.602,9	20.582,6	1.979,7	10,6%
Discricionárias Executivo	17.739,0	19.551,0	1.811,9	10,2%
PAC	1.908,0	1.898,2	-9,8	-0,5%
d/q MCMV	281,4	196,5	-84,9	-30,2%
Emissões de TDA	0,0	8,2	8,2	-
Demais	15.831,1	17.644,6	1.813,6	11,5%
Discricionárias LEJU/MPU	863,9	1.012,8	148,9	17,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	23.751,8	36.660,3	12.908,5	54,3%
Outras Despesas de Custeio	21.281,0	33.086,1	11.805,1	55,5%
Outras Despesas de Capital	2.470,9	3.574,2	1.103,3	44,7%

Em abril de 2018, houve elevação de R\$ 13,7 bilhões (13,9%) na despesa total do Governo Central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 98,4 bilhões para R\$ 112,0 bilhões. Essa variação se deve, principalmente ao pagamento de R\$ 10,7 bilhões em Sentenças Judiciais e Precatórios, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF). Em 2017, tais pagamentos foram efetuados no mês de junho.

Além disso, houve crescimento das despesas com Benefícios Previdenciários (R\$ 648,1 milhões, 1,5%) e Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 392,6 milhões, 1,8%). Por fim, as Despesas Discricionárias - Todos os Poderes apresentaram aumento de R\$ 2,0 bilhões (10,6%) concentrado principalmente nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 1,8 bilhão, 11,5%).

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

**Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	15.831,1	17.644,6	1.813,6	11,5%
Ministério da Saúde	7.916,4	8.484,7	568,4	7,2%
Ministério da Educação	2.569,5	2.320,1	-249,3	-9,7%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.994,2	2.904,0	-90,2	-3,0%
Ministério da Defesa	683,0	983,4	300,4	44,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	293,4	283,2	-10,2	-3,5%
Demais órgãos do Executivo	1.374,7	2.669,2	1.294,5	94,2%

## Previdência Social

**Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
Arrecadação Bruta	35.225,0	36.091,3	866,3	2,5%
Contribuição Previdenciária	29.035,6	29.548,5	512,9	1,8%
Simples/Nacional/PAES	3.134,7	3.260,8	126,1	4,0%
REFIS	10,3	134,9	124,6	-
Depósitos Judiciais	137,7	10,7	-127,0	-92,2%
Compensação RGPS	2.906,6	3.136,3	229,6	7,9%
(-) Restituição/Devolução	-55,0	-143,4	-88,4	160,8%
(-) Transferências a Terceiros	-3.177,6	-3.143,4	34,2	-1,1%
Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
Resultado Primário	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 12,3 bilhões em abril de 2017 para déficit de R\$ 12,2 bilhões em abril de 2018, representando uma elevação de R\$ 164,0 milhões no resultado primário. A despesa com Benefícios Previdenciários cresceu R\$ 648,1 milhões (1,5%), devido ao crescimento de 639,1 mil (2,2%) no número de benefícios emitidos, parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 4,61 (0,4%).

A Arrecadação Líquida do RGPS elevou-se em R\$ 812,1 milhões (2,5%), principalmente devido ao crescimento 512,9 milhões (1,8%) na Contribuição Previdenciária.



# Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

## Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
I. Receita Total	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%
II. Transferência por Repartição de Receita	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%
III. Receita Líquida Total (I-II)	89.823,6	119.208,6	29.385,0	32,7%
IV. Despesa Total	114.358,0	112.022,1	-2.335,9	-2,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.963,8	22.469,2	-3.494,5	-13,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.057,6	24.005,5	8.947,9	59,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	23.646,6	20.582,6	-3.064,0	-13,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-24.534,4	7.186,5	31.720,9	-
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.363,5	19.346,8	23.710,2	-
Previdência Social (RGPS)	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-4.406,1	19.476,9	23.883,0	-
Resultado do Banco Central	42,7	-130,1	-172,8	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%

Em abril de 2018, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 7,2 bilhões, contra déficit de R\$ 24,5 bilhões em março de 2018, a preços constantes de abril. Houve aumento da receita líquida em R\$ 29,4 bilhões (32,7%), resultado principalmente da arrecadação sazonalmente concentrada no mês de abril. Já do lado da despesa total, houve redução de R\$ 2,3 bilhões (2,0%).

## Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
I. Receita Total	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%
Imposto de Importação	3.182,0	3.155,8	-26,2	-0,8%
IPI	4.325,8	4.654,8	329,0	7,6%
Imposto de Renda	27.286,0	38.939,2	11.653,2	42,7%
IOF	2.791,6	3.155,2	363,6	13,0%
COFINS	17.953,1	20.278,0	2.324,9	12,9%
PIS/PASEP	4.963,4	5.399,5	436,1	8,8%
CSLL	5.472,1	7.237,7	1.765,6	32,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	413,9	456,3	42,4	10,2%
Outras	1.629,1	1.982,5	353,5	21,7%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
Urbana	28.762,9	31.819,8	3.056,9	10,6%
Rural	756,3	984,8	228,5	30,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%
Concessões e Permissões	139,7	271,8	132,1	94,6%
Dividendos e Participações	478,4	223,1	-255,3	-53,4%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.049,6	1.136,8	87,2	8,3%
CotaParte de Compensações Financeiras	1.971,1	8.551,8	6.580,7	333,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.158,8	1.240,5	81,7	7,0%
Contribuição do Salário Educação	1.611,8	1.586,9	-24,9	-1,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	790,6	0,0	-790,6	-100,0%
Operações com Ativos	85,1	84,3	-0,8	-1,0%
Demais Receitas	2.766,7	6.547,0	3.780,3	136,6%

Em valores atualizados de abril de 2018, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 30,1 bilhões (28%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 107,6 bilhões em março de 2018 para R\$ 137,7 bilhões em abril de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 11,7 bilhões (42,7%) no imposto de renda e de R\$ 1,8 bilhão (32,3%) na CSLL em razão do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPF em abril e, também, do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ/CSLL em decorrência do encerramento, em março/18, da apuração trimestral;
- Elevação de R\$ 2,3 bilhões (12,9%) na COFINS e de R\$ 436,1 (28,4%) milhões no PIS/Pasep, decorrente principalmente do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, a partir de julho de 2017;
- Acréscimo de R\$ 9,6 milhões (95,6%) nas receitas não administradas pela RFB: aumento de R\$ 6,8 bilhões em CotaParte de Compensações Financeiras, devido ao recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural; e crescimento de R\$ 3,8 bilhões em demais receitas não administradas, influenciado pela entrada de R\$ 1,5 bilhão de recursos da Redi-BC.

## Transferências do Tesouro Nacional

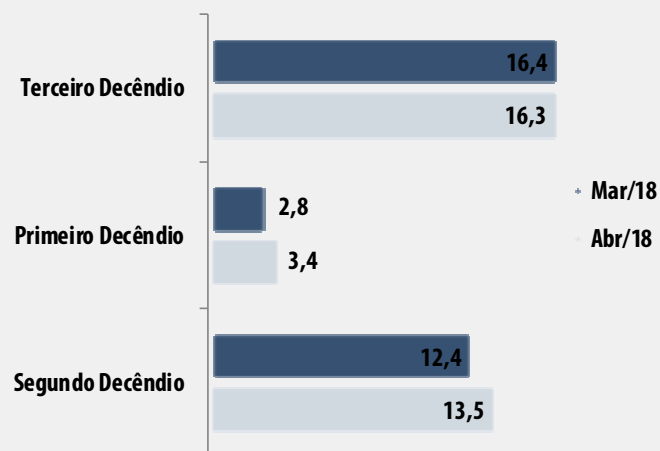
**Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.357,6	15.028,5	670,8	4,7%
II.2 Fundos Constitucionais	635,4	690,9	55,5	8,7%
Repassé Total	950,4	994,3	43,9	4,6%
Superávit dos Fundos	-315,1	-303,4	11,6	-3,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	976,9	965,4	-11,5	-1,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.757,4	1.421,8	-335,6	-19,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	372,7	372,7	-
II.6 Demais	37,2	18,1	-19,0	-51,2%

Em abril de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 732,9 milhões (4,1%), totalizando R\$ 18,5 bilhões, contra R\$ 17,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente do acréscimo de R\$ 670, 8 milhões (4,7%) no conjunto FPM/FPE/IPI-EE.

**Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências Constitucionais**



## Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
IV . Despesa Total	114.358,0	112.022,1	-2.335,9	-2,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	39.204,8	35.468,9	-3.735,9	-9,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.485,3	9.495,9	-989,4	-9,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.963,8	22.469,2	-3.494,5	-13,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.057,6	24.005,5	8.947,9	59,4%
Abono e Seguro Desemprego	5.731,7	3.059,0	-2.672,7	-46,6%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	4.793,4	4.700,2	-93,1	-1,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	790,6	0,0	-790,6	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	40,8	24,3	-16,5	-40,4%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	868,5	3.136,3	2.267,8	261,1%
FUNDEB (Complem. União)	966,0	1.259,5	293,5	30,4%
Fundo Constitucional DF	109,6	122,4	12,8	11,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	1.104,8	10.882,2	9.777,5	885,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	371,8	92,5	-279,3	-75,1%
FIES	-2,2	305,2	307,4	-
Demais	282,5	423,8	141,2	50,0%
IV.4 Desp. Discricionárias - Todos os Poderes	23.646,6	20.582,6	-3.064,0	-13,0%
Discricionárias Executivo	22.403,6	19.569,8	-2.833,9	-12,6%
PAC	1.707,0	1.898,2	191,2	11,2%
d/q MCMV	57,8	196,5	138,6	239,7%
Emissões de TDA	3,7	8,2	4,5	119,2%
Demais	20.692,9	17.663,4	-3.029,5	-14,6%
Discricionárias LEJU/MPU	1.242,9	1.012,8	-230,1	-18,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	27.770,1	36.660,3	8.890,2	32,0%
Outras Despesas de Custeio	22.327,9	33.086,1	10.758,2	48,2%
Outras Despesas de Capital	5.442,2	3.574,2	-1.868,0	-34,3%

Em abril de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 112,0 bilhões, representando redução de R\$ 2,3 bilhões (2,0%), em relação a março de 2018. Essa variação é explicada principalmente por reduções em Benefícios Previdenciários (R\$ 4,7 bilhões, 9,5%) e em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3,5 bilhões, 13,5%), devido ao pagamento em março de precatórios relativos a essas rubricas.

Também houve redução nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes (R\$ 3,1, bilhões, 13,0%). No sentido contrário, as Outras Despesas Obrigatórias se elevaram em R\$ 8,9 bilhões (59,4%), em decorrência do acréscimo em Sentenças Judiciais e Precatórios, explicado pelo calendário de pagamento de precatórios em 2018, que concentrou os pagamentos anuais no mês de abril.

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

**Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
Total	20.665,2	17.644,6	-3.020,5	-14,6%
Ministério da Saúde	10.000,0	8.484,7	-1.515,2	-15,2%
Ministério da Educação	2.573,7	2.320,1	-253,6	-9,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.031,5	56,3	-2.975,2	-98,1%
Ministério da Defesa	1.044,0	68,2	-975,8	-93,5%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	334,7	283,2	-51,5	-15,4%
Demais órgãos do Executivo	3.681,3	6.432,1	2.750,8	74,7%

## Previdência Social

**Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018**

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
Arrecadação Bruta	32.776,1	36.091,3	3.315,2	10,1%
Contribuição Previdenciária	28.790,8	29.548,5	757,7	2,6%
Simples/NACIONAL/PAES	2.991,5	3.260,8	269,3	9,0%
Depósitos Judiciais	143,6	134,9	-8,7	-6,0%
Refis	-18,3	10,7	29,0	-
Compensação RGPS	868,5	3.136,3	2.267,8	261,1%
(-) Restituição/Devolução	-90,4	-143,4	-53,0	58,6%
(-) Transferências a Terceiros	-3.166,5	-3.143,4	23,2	-0,7%
Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
Resultado Primário	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%

Em abril de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 12,2 bilhões, contra déficit de R\$ 4,7 bilhões no mês anterior. A redução do déficit de R\$ 8,0 bilhões (39,7%) se deve principalmente ao decréscimo de R\$ 4,7 bilhões (9,5%) nos benefícios previdenciários devido ao pagamento em março de precatórios referentes a benefícios.

Além disso, destaque-se o crescimento de R\$ 2,3 bilhões em Compensação ao RGPS, pois, como a compensação ocorre com quatro meses de defasagem em relação à arrecadação, a compensação em abril é referente à arrecadação do mês de dezembro, que é sazonalmente superior devido à sua incidência sobre o 13º salário.

## Boxe 1 - Encerramento do Fundo Soberano do Brasil

Ao longo de 2018, no âmbito do esforço contínuo de aprimorar a institucionalidade fiscal do país, a Secretaria do Tesouro Nacional conduziu as tratativas para implementar o processo de encerramento das atividades legais e operacionais do Fundo Soberano do Brasil – FSB, em conformidade com as diretrizes governamentais anunciadas em 24 de maio de 2016 e no contexto das 15 medidas prioritárias da nova agenda econômica.

O encerramento do FSB resulta da percepção, evidenciada nos últimos anos, de que não há real necessidade e legitimidade de manutenção de um fundo de riqueza soberano no atual contexto macroeconômico brasileiro. Em geral, fundos de riqueza são criados para gerir excesso de recursos provenientes da exploração de recursos naturais limitados. Eventualmente, alguns países com excesso de recursos fiscais e consistentes superávits em conta corrente (superávits gêmeos) experimentaram prover recursos a esses fundos com o propósito de suavizar no tempo esses excessos.

O contexto de criação do FSB, em fins de 2008, parecia sugerir que o país reuniria as condicionantes para a constituição de um fundo de riqueza. Naquele ano, o governo central obteve um excesso de superávit primário da ordem de 0,5% do PIB, que constituiu o “*funding*” inicial do FSB. Paralelamente, o país vinha de uma crescente acumulação de reservas internacionais devido aos expressivos saldos no balanço de pagamentos. A conjuntura da época parecia indicar que o país de fato reunia as condições estruturais necessárias para possuir um fundo soberano em função dos superávits em conta corrente obtidos, pelas perspectivas trazidas pela obtenção do grau de investimento do país e pelas descobertas do Pré-Sal.

A experiência posterior, no entanto, demonstrou que as condições estruturais não passavam de conjunturais. Primeiro, porque os excessos de superávits fiscais não se confirmaram nos anos posteriores. Segundo, em razão das mudanças no marco regulatório da exploração de petróleo e questões conjunturais de preços internacionais que retiraram o ímpeto da iniciativa privada e imputaram um pesado ônus à Petrobras na exploração dos recursos do pré-sal. Terceiro, diversas questões macroeconômicas ainda não estavam devidamente endereçadas de forma que flutuações nos juros, inflação e câmbio refletiam esses desequilíbrios, sobretudo na área fiscal.

A conclusão das atividades do FSB é consequência natural desse contexto histórico e do cenário prospectivo que se vislumbra. Com efeito, não é coerente a manutenção de um fundo de riqueza no contexto atual do país, que acumula déficits fiscais nominais sucessivos e expressivos em relação ao PIB e que ainda não completou o seu processo de consolidação fiscal. Nesse cenário torna-se nítida a fragilidade que reside na necessidade do governo de captar recursos em mercado a um custo mais elevado do que a própria rentabilidade que esses investimentos potencialmente poderiam gerar.

Ademais, cumpre destacar que o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização de Investimentos - FFIE do Fundo Soberano teve aporte inicial em 2008 de R\$ 14,2 bilhões, mas, nos anos de 2012 e 2015, ocorreram resgates de R\$ 12,4 bilhões e 0,9 bilhão respectivamente, resultando em um impacto primário positivo para as contas públicas nesses anos. Desse modo, em 2016, o FFIE só detinha um patrimônio de aproximadamente R\$ 2 bilhões, saldo inexpressivo para cumprir suas funções legais de forma efetiva. Qualquer outro eventual aporte nesse fundo geraria um impacto fiscal negativo e aumento do endividamento público, o que não faria sentido dada a situação fiscal do país observada.

Dessa forma, em maio de 2016, o Ministério da Fazenda apontou a extinção do Fundo Soberano como medida no âmbito do processo de consolidação fiscal e resgate da institucionalidade fiscal. Em maio de 2017, a Secretaria do Tesouro Nacional, na condição de Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB, informou a decisão estratégica que resultou na necessidade de alienação das ações do Banco do Brasil detidas pelo FFIE por meio de um programa gradual de alienação. Esse programa foi bem-sucedido, produzindo impacto neutro no preço do ativo e permitindo a desmobilização desses recursos e elevação da liquidez da carteira.

A manutenção do modelo atual de funcionamento do FSB, sem quaisquer recursos financeiros para cumprimento de suas funções, é contraproducente sob a ótica legal, técnica e operacional. Na lei de criação do FSB<sup>1</sup> encontram-se dispositivos que, com a ausência de recursos no fundo, perdem a sua significação e elevam custos financeiros e operacionais. Por exemplo, pode-se citar dispositivos que exigem que os recursos enquanto não resgatados permaneçam retidos na Conta Única do Tesouro Nacional e determinam que o resgate somente possa ser realizado para mitigar efeitos dos ciclos econômicos. Esse modelo mostra-se inadequado, uma vez que implica elevado custo de oportunidade na medida em que determina a manutenção de recursos ociosos em conta do Tesouro, não se podendo utilizá-los para quitar uma dívida pública elevada e de alto custo.

Da mesma forma, ressalta-se que perde o sentido a manutenção de estrutura dedicada de pessoal e de governança, conforme pressuposto nos normativos que regulam o FSB, uma vez que gera custos e burocracia. Igualmente, não se mostra necessária a continuidade de exigência de produção periódica de relatórios de administração e de desempenho para um fundo que não possui patrimônio, o que requer a manutenção de estrutura de pessoal dedicada e a destinação de recursos orçamentários para sua manutenção.

Com a proposta de revogação da lei de criação do FSB e consequente extinção do FSB (MP nº 830/2018), será possível a utilização de recursos vinculados, hoje ociosos (“empoçados”) na Conta Única, na quitação de dívida pública, colaborando de forma essencial para o cumprimento da Regra de Ouro estabelecida pelo art. 167 da Constituição Federal e, sobretudo, para o processo de consolidação fiscal e de aprimoramento da institucionalidade fiscal do país.

## **Boxe 2 - Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2018**

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018), o Poder Executivo publicou, em 22/05/2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2018 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2018, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

O Relatório de Avaliação do 2º bimestre, com relação à atualização do cenário econômico, alterou a previsão de crescimento real do PIB para 2018, em relação à última avaliação, de 2,97% para 2,50%, e diminuiu a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) para 2018 de 3,6% para 3,4%.

Em relação ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre, a estimativa de receita cresceu R\$ 7,6 bilhões, devido principalmente ao aumento de R\$ 6,4 bilhões na projeção de arrecadação das Receitas não Administradas pela RFB, com destaque para a arrecadação com Concessões e Permissões, revista de R\$ 20,4 bilhões para R\$ 22,7 bilhões em 2018. Essa alteração ocorreu principalmente no setor de petróleo, e o aumento de receitas só não foi maior porque optou-se por retirar as receitas referentes à capitalização da Eletrobras (R\$ 12,2 bilhões). Também houve aumento em Cota-Parte de Compensações Financeiras (+R\$ 2,1 bilhões), devido ao crescimento das estimativas do preço internacional do petróleo e do câmbio.

No lado das despesas, houve incremento de R\$ 1,4 bilhão nas despesas obrigatórias, explicado principalmente pela elevação de R\$ 1,2 bilhão nas despesas com Créditos Extraordinários, devido à edição da Medida Provisória nº 825/2018 para ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288/2018).

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2018 indicaria a possibilidade de ampliação de empenho e movimentação financeira sem comprometer a meta de resultado primário prevista na LDO 2018. Entretanto, as projeções de despesa que constam no relatório estão próximas ao limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, não havendo, portanto, espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias. O quadro a seguir resume as principais variações nas estimativas do relatório:



Resultado da Avaliação do 2º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.462,9	1.470,6	7,6
1.1 Receitas Administradas Líquidas de Incentivos Fiscais	894,0	897,2	3,2
1.2 Receitas Não-Administradas	173,2	179,6	6,4
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	395,7	393,8	-2,0
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	246,1	247,6	1,6
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	1.216,9	1.222,9	6,1
4. Despesas Primárias	1.374,3	1.375,7	1,4
4.1. Obrigatórias*	1.245,4	1.246,8	1,4
4.2. Despesas com Controle de Fluxo Discricionárias do Executivo	128,9	128,9	0,0
5. Resultado primário (3) - (4)	-157,4	-152,8	4,6
6. Metal Fiscal	159,0	159,0	0,0
7. Ampliação (+) ou Esforço (-) (3 - 4 - 6)	1,6	6,2	4,6
<b>Memo:</b>	<b>Avaliação 1º Bimestre (a)</b>	<b>Avaliação 2º Bimestre (b)</b>	<b>Diferença (c) = (b) - (a)</b>
Despesas Sujeitas ao Teto	1.347,4	1.347,4	0,0
Limite EC 95	1.347,9	1.347,9	0,0
Margem Fiscal	0,4	0,5	0,0

\* Inclui despesas do LEJU/MPU

Fonte: SOF/MP.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017		2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Março	Abril	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Abr/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>126.024,6</b>	<b>107.351,9</b>	<b>137.706,0</b>	<b>137.706,0</b>	<b>30.354,0</b>	<b>30.354,0</b>	<b>28,3%</b>	<b>9,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>77.406,3</b>	<b>67.867,8</b>	<b>85.259,2</b>	<b>85.259,2</b>	<b>17.391,4</b>	<b>17.391,4</b>	<b>25,6%</b>	<b>10,1%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.253,3	3.175,0	3.155,8	3.155,8	-19,2	-19,2	-0,6%	40,1%
I.1.2 IPI	3.681,8	4.316,3	4.654,8	4.654,8	338,4	338,4	7,8%	26,4%
I.1.3 Imposto de Renda	38.001,5	27.226,2	38.939,2	38.939,2	11.713,1	11.713,1	43,0%	2,5%
I.1.4 IOF	3.376,0	2.785,5	3.155,2	3.155,2	369,7	369,7	13,3%	-6,5%
I.1.5 COFINS	17.123,5	17.913,7	20.278,0	20.278,0	2.364,3	2.364,3	13,2%	18,4%
I.1.6 PIS/PASEP	4.656,6	4.952,5	5.399,5	5.399,5	447,0	447,0	9,0%	16,0%
I.1.7 CSLL	6.906,4	5.460,1	7.237,7	7.237,7	1.777,6	1.777,6	32,6%	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	508,8	413,0	456,3	456,3	43,3	43,3	10,5%	-10,3%
I.1.10 Outras	898,5	1.625,5	1.982,5	1.982,5	357,1	357,1	22,0%	120,6%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>31.132,3</b>	<b>29.454,4</b>	<b>32.804,5</b>	<b>32.804,5</b>	<b>3.350,1</b>	<b>3.350,1</b>	<b>11,4%</b>	<b>5,4%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>17.503,4</b>	<b>10.029,7</b>	<b>19.642,3</b>	<b>19.642,3</b>	<b>9.612,5</b>	<b>9.612,5</b>	<b>95,8%</b>	<b>12,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.469,7	139,4	271,8	271,8	132,4	132,4	95,0%	-81,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	222,0	477,4	223,1	223,1	-254,2	-254,2	-53,3%	0,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.026,1	1.047,3	1.136,8	1.136,8	89,5	89,5	8,5%	10,8%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.810,9	1.966,8	8.551,8	8.551,8	6.585,1	6.585,1	334,8%	47,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.225,9	1.156,3	1.240,5	1.240,5	84,2	84,2	7,3%	1,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.569,1	1.608,3	1.586,9	1.586,9	-21,4	-21,4	-1,3%	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	0,0	-788,8	-788,8	-100,0%	-
I.4.8 Operações com Ativos	79,6	84,9	84,3	84,3	-0,6	-0,6	-0,7%	6,0%
I.4.9 Demais Receitas	6.100,1	2.760,6	6.547,0	6.547,0	3.786,4	3.786,4	137,2%	7,3%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.996,6</b>	<b>17.725,5</b>	<b>18.497,4</b>	<b>18.497,4</b>	<b>771,9</b>	<b>771,9</b>	<b>4,4%</b>	<b>2,8%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>14.788,6</b>	<b>14.326,1</b>	<b>15.028,5</b>	<b>15.028,5</b>	<b>702,3</b>	<b>702,3</b>	<b>4,9%</b>	<b>1,6%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>680,5</b>	<b>634,0</b>	<b>690,9</b>	<b>690,9</b>	<b>56,9</b>	<b>56,9</b>	<b>9,0%</b>	<b>1,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	983,1	948,3	994,3	994,3	46,0	46,0	0,0	1,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4	-303,4	10,9	10,9	0,0	0,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>935,2</b>	<b>974,7</b>	<b>965,4</b>	<b>965,4</b>	<b>-9,4</b>	<b>-9,4</b>	<b>-1,0%</b>	<b>3,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.176,7</b>	<b>1.753,5</b>	<b>1.421,8</b>	<b>1.421,8</b>	<b>-331,7</b>	<b>-331,7</b>	<b>-18,9%</b>	<b>20,8%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>396,4</b>	<b>0,0</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>-</b>	<b>-6,0%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>19,3</b>	<b>37,1</b>	<b>18,1</b>	<b>18,1</b>	<b>-19,0</b>	<b>-19,0</b>	<b>-51,1%</b>	<b>-6,0%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>108.028,0</b>	<b>89.626,4</b>	<b>119.208,6</b>	<b>119.208,6</b>	<b>29.582,1</b>	<b>29.582,1</b>	<b>33,0%</b>	<b>10,3%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>95.712,1</b>	<b>114.107,0</b>	<b>112.022,1</b>	<b>112.022,1</b>	<b>-2.085,0</b>	<b>-2.085,0</b>	<b>-1,8%</b>	<b>17,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>43.125,2</b>	<b>49.581,1</b>	<b>44.964,8</b>	<b>44.964,8</b>	<b>-4.616,3</b>	<b>-4.616,3</b>	<b>-9,3%</b>	<b>4,3%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>21.483,1</b>	<b>25.906,8</b>	<b>22.469,2</b>	<b>22.469,2</b>	<b>-3.437,6</b>	<b>-3.437,6</b>	<b>-13,3%</b>	<b>4,6%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.001,1</b>	<b>15.024,5</b>	<b>24.005,5</b>	<b>24.005,5</b>	<b>8.981,0</b>	<b>8.981,0</b>	<b>59,8%</b>	<b>84,6%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.185,9	5.719,2	3.059,0	3.059,0	-2.660,1	-2.660,1	-46,5%	-4,0%
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,3	12,6	12,6	0,3	0,3	2,6%	-8,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	51,8	51,6	51,6	-0,2	-0,2	-0,3%	4,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.490,5	4.782,8	4.700,2	4.700,2	-82,6	-82,6	-1,7%	4,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	0,0	-788,8	-788,8	-100,0%	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,9	40,7	24,3	24,3	-16,4	-16,4	-40,2%	-50,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.828,5	866,6	3.136,3	3.136,3	2.269,7	2.269,7	261,9%	10,9%
IV.3.10 Convênios	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
IV.3.11 Doações	6,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0	76,0	39,0	39,0	105,5%	-46,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5	1.259,5	295,6	295,6	30,7%	2,2%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	122,3	109,4	122,4	122,4	13,0	13,0	11,9%	0,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	159,2	0,0	0,0	0,0%	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	181,1	1.102,3	10.882,2	10.882,2	9.779,9	9.779,9	887,2%	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	171,9	371,016	92,5	92,5	-278,5	-278,5	-75,1%	-46,2%
IV.3.21 Transferências ANA	28,5	21,7	38,0	38,0	16,3	16,3	75,1%	33,5%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4	86,4	86,4	86,4	-	38,7%
IV.3.23 FIES	257,7	-2,2	305,2	305,2	307,4	307,4	-	18,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>18.102,8</b>	<b>23.594,7</b>	<b>20.582,6</b>	<b>20.582,6</b>	<b>-3.012,1</b>	<b>-3.012,1</b>	<b>-12,8%</b>	<b>13,7%</b>
IV.4.1 PAC	1.856,7	1.703,2	1.898,2	1.898,2	194,9	194,9	11,4%	2,2%
d/q MCMV	273,8	57,7	196,5	196,5	138,8	138,8	240,5%	-28,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	8,2	4,5	4,5	119,6%	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	27,7	18,8	18,8	-8,9	-8,9	-32,2%	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	15.405,4	20.619,8	17.644,6	17.644,6	-2.975,2	-2.975,2	-14,4%	14,5%
IV.4.5 LEJU/MPU	840,7	1.240,2	1.012,8	1.012,8	-227,4	-227,4	-18,3%	20,5%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>12.315,9</b>	<b>-24.480,6</b>	<b>7.186,5</b>	<b>7.186,5</b>	<b>31.667,1</b>	<b>31.667,1</b>	<b>-</b>	<b>-41,6%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>181,3</b>	<b>130,6</b>	<b>130,6</b>	<b>130,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-1.035,4</b>	<b>-713,4</b>	<b>-713,4</b>	<b>-713,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-10,5</b>	<b>-467,8</b>	<b>-467,8</b>	<b>-467,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>11.451,3</b>	<b>-25.531,2</b>	<b>-25.531,2</b>	<b>-25.531,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-23.299,3</b>	<b>-27.296,1</b>	<b>-27.296,1</b>	<b>-27.296,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-11.848,0</b>	<b>-52.827,3</b>	<b>-52.827,3</b>	<b>-52.827,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017		2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Março	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Abr/18 Abr/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>129.506,4</b>	<b>107.588,1</b>	<b>137.706,0</b>	<b>137.706,0</b>	<b>30.117,9</b>	<b>28,0%</b>	<b>8.199,5</b>	<b>6,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>79.544,9</b>	<b>68.017,1</b>	<b>85.259,2</b>	<b>85.259,2</b>	<b>17.242,1</b>	<b>25,3%</b>	<b>5.714,3</b>	<b>7,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.315,6	3.182,0	3.155,8	3.155,8	-26,2	-0,8%	840,3	36,3%
I.1.2 IPI	3.783,5	4.325,8	4.654,8	4.654,8	329,0	7,6%	871,3	23,0%
I.1.3 Imposto de Renda	39.051,4	27.286,0	38.939,2	38.939,2	11.653,2	42,7%	-112,2	-0,3%
I.1.4 IOF	3.469,2	2.791,6	3.155,2	3.155,2	363,6	13,0%	-314,0	-9,1%
I.1.5 COFINS	17.596,6	17.953,1	20.278,0	20.278,0	2.324,9	12,9%	2.681,4	15,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.785,3	4.963,4	5.399,5	5.399,5	436,1	8,8%	614,3	12,8%
I.1.7 CSLL	7.097,2	5.472,1	7.237,7	7.237,7	1.765,6	32,3%	140,5	2,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	413,9	456,3	456,3	42,4	10,2%	-66,5	-12,7%
I.1.10 Outras	923,3	1.629,1	1.982,5	1.982,5	353,5	21,7%	1.059,2	114,7%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>17,9</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>31.992,4</b>	<b>29.519,2</b>	<b>32.804,5</b>	<b>32.804,5</b>	<b>3.285,3</b>	<b>11,1%</b>	<b>812,1</b>	<b>2,5%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>17.987,0</b>	<b>10.051,8</b>	<b>19.642,3</b>	<b>19.642,3</b>	<b>9.590,5</b>	<b>95,4%</b>	<b>1.655,3</b>	<b>9,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.510,3	139,7	271,8	271,8	132,1	94,6%	-1.238,5	-82,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	228,2	478,4	223,1	223,1	-253,4	-53,4%	-5,0	-2,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,5	1.049,6	1.136,8	1.136,8	87,2	8,3%	82,3	7,8%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.971,5	1.971,1	8.551,8	8.551,8	6.580,7	333,9%	2.580,3	43,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.158,8	1.240,5	1.240,5	81,7	7,0%	-19,3	-1,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.611,8	1.586,9	1.586,9	-24,9	-1,5%	-25,5	-1,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	81,7	85,1	84,3	84,3	-0,8	-1,0%	2,6	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	6.268,6	2.766,7	6.547,0	6.547,0	3.780,3	136,6%	278,4	4,4%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>18.493,8</b>	<b>17.764,5</b>	<b>18.497,4</b>	<b>18.497,4</b>	<b>732,9</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,6</b>	<b>0,0%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>15.197,1</b>	<b>14.357,6</b>	<b>15.028,5</b>	<b>15.028,5</b>	<b>670,8</b>	<b>4,7%</b>	<b>-168,7</b>	<b>-1,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>699,3</b>	<b>635,4</b>	<b>690,9</b>	<b>690,9</b>	<b>55,5</b>	<b>8,7%</b>	<b>-8,4</b>	<b>-1,2%</b>
II.2.1 Repasse Total	1.010,2	950,4	994,3	994,3	43,9	4,6%	-15,9	-1,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-310,9	-315,1	-303,4	-303,4	11,6	-3,7%	7,5	-2,4%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>961,0</b>	<b>976,9</b>	<b>965,4</b>	<b>965,4</b>	<b>-11,5</b>	<b>-1,2%</b>	<b>4,3</b>	<b>0,4%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.209,2</b>	<b>1.757,4</b>	<b>1.421,8</b>	<b>1.421,8</b>	<b>-335,6</b>	<b>-19,1%</b>	<b>212,6</b>	<b>17,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>407,3</b>	<b>0,0</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>-</b>	<b>-34,6</b>	<b>-8,5%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>19,8</b>	<b>37,2</b>	<b>18,1</b>	<b>18,1</b>	<b>-19,0</b>	<b>-51,2%</b>	<b>1,7</b>	<b>-8,5%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>111.012,6</b>	<b>89.823,6</b>	<b>119.208,6</b>	<b>119.208,6</b>	<b>29.385,0</b>	<b>32,7%</b>	<b>8.196,0</b>	<b>7,4%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>98.356,5</b>	<b>114.358,0</b>	<b>112.022,1</b>	<b>112.022,1</b>	<b>-2.335,9</b>	<b>-2,0%</b>	<b>13.665,6</b>	<b>13,9%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>44.316,6</b>	<b>49.690,1</b>	<b>44.964,8</b>	<b>44.964,8</b>	<b>-4.725,4</b>	<b>-9,5%</b>	<b>648,1</b>	<b>1,5%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.076,6</b>	<b>25.963,8</b>	<b>22.469,2</b>	<b>22.469,2</b>	<b>-3.494,5</b>	<b>-13,5%</b>	<b>392,6</b>	<b>1,8%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.360,3</b>	<b>15.057,6</b>	<b>24.005,5</b>	<b>24.005,5</b>	<b>8.947,9</b>	<b>59,4%</b>	<b>10.645,2</b>	<b>79,7%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	5.731,7	3.059,0	3.059,0	-2.672,7	-46,6%	-214,9	-6,6%
IV.3.2 Anistiados	14,1	12,3	12,6	12,6	0,3	2,4%	-1,5	-10,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,7	51,9	51,6	51,6	-0,3	-0,5%	0,9	1,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.614,5	4.793,4	4.700,2	4.700,2	-93,1	-1,9%	85,7	1,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,2	40,8	24,3	24,3	-16,5	-40,4%	-25,9	-51,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.906,6	868,5	3.136,3	3.136,3	2.267,8	261,1%	229,6	7,9%
IV.3.10 Convênios	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-16,5	-100,0%
IV.3.11 Doações	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-7,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	146,3	37,1	76,0	76,0	38,9	105,0%	-70,3	-48,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	966,0	1.259,5	1.259,5	293,5	30,4%	-7,2	-0,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	125,7	109,6	122,4	122,4	12,8	11,7%	-3,3	-2,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,0	159,5	159,2	159,2	-0,4	-0,2%	-7,8	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	1.104,8	10.882,2	10.882,2	9.777,5	885,0%	10.696,1	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	371,8	92,5	92,5	-279,3	-75,1%	-84,2	-47,6%
IV.3.21 Transferências ANA	29,3	21,8	38,0	38,0	16,3	74,7%	8,8	29,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	64,0	0,0	86,4	86,4	86,4	-	22,4	35,0%
IV.3.23 FIES	264,9	-2,2	305,2	305,2	307,4	-	40,3	15,2%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>18.602,9</b>	<b>23.646,6</b>	<b>20.582,6</b>	<b>20.582,6</b>	<b>-3.064,0</b>	<b>-13,0%</b>	<b>1.979,7</b>	<b>10,6%</b>
IV.4.1 PAC	1.908,0	1.707,0	1.898,2	1.898,2	191,2	11,2%	-9,8	-0,5%
d/q MCMV	281,4	57,8	196,5	196,5	138,6	239,7%	-84,9	-30,2%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	8,2	4,5	119,2%	8,2	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	27,8	18,8	18,8	-9,0	-32,3%	18,8	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	15.831,1	20.665,2	17.644,6	17.644,6	-3.020,5	-14,6%	1.813,6	11,5%
IV.4.5 LEIU/MPU	863,9	1.242,9	1.012,8	1.012,8	-230,1	-18,5%	148,9	17,2%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>12.656,1</b>	<b>-24.534,4</b>	<b>7.186,5</b>	<b>7.186,5</b>	<b>31.720,9</b>	<b>-</b>	<b>-5.469,6</b>	<b>-43,2%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>186,3</b>	<b>130,9</b>	<b>186,3</b>	<b>130,9</b>	<b>186,3</b>	<b>-</b>	<b>186,3</b>	<b>-</b>
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-1.064,0</b>	<b>-715,0</b>	<b>-1.064,0</b>	<b>-715,0</b>	<b>-1.064,0</b>	<b>-</b>	<b>-1.064,0</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-10,8</b>	<b>-468,8</b>	<b>-10,8</b>	<b>-468,8</b>	<b>-10,8</b>	<b>-</b>	<b>-10,8</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>11.767,7</b>	<b>-25.587,4</b>	<b>7.186,5</b>	<b>7.186,5</b>	<b>31.720,9</b>	<b>-</b>	<b>-5.469,6</b>	<b>-43,2%</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-23.943,0</b>	<b>-27.356,1</b>	<b>-23.943,0</b>	<b>-27.356,1</b>	<b>-23.943,0</b>	<b>-</b>	<b>-23.943,0</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-12.175,3</b>	<b>-52.943,5</b>	<b>-16.756,5</b>	<b>-20.169,6</b>	<b>-4.635,6</b>	<b>-27,8%</b>	<b>-29.412,6</b>	<b>-57,6%</b>

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>460.199,6</b>	<b>507.492,7</b>	<b>47.293,1</b>	<b>10,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>293.577,8</b>	<b>330.245,7</b>	<b>36.668,0</b>	<b>12,5%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	9.598,9	12.407,0	2.808,1	29,3%
I.1.2 IPI	13.969,4	18.329,7	4.360,3	31,2%
I.1.3 Imposto de Renda	134.026,5	141.423,8	7.397,3	5,5%
I.1.4 IOF	11.469,0	11.819,0	350,0	3,1%
I.1.5 COFINS	67.619,3	80.607,4	12.988,1	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.676,6	21.907,7	3.231,1	17,3%
I.1.7 CSLL	31.376,0	33.311,4	1.935,4	6,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.875,6	1.741,6	-134,0	-7,1%
I.1.10 Outras	4.966,4	8.698,2	3.731,7	75,1%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>17,4</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>115.437,6</b>	<b>121.104,2</b>	<b>5.666,5</b>	<b>4,9%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>51.201,5</b>	<b>56.142,8</b>	<b>4.941,2</b>	<b>9,7%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.029,9	971,2	-1.058,7	-52,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.994,1	705,9	-1.288,2	-64,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.083,4	4.269,1	185,7	4,5%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	14.971,0	20.382,2	5.411,2	36,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.438,1	4.536,2	98,1	2,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.428,5	7.651,0	222,5	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	341,5	361,8	20,3	5,9%
I.4.9 Demais Receitas	14.610,8	16.013,6	1.402,8	9,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>76.876,9</b>	<b>83.980,9</b>	<b>7.104,0</b>	<b>9,2%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>61.804,7</b>	<b>66.799,9</b>	<b>4.995,2</b>	<b>8,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>2.702,9</b>	<b>2.673,9</b>	<b>-29,0</b>	<b>-1,1%</b>
II.2.1 Repasse Total	4.117,0	4.428,2	311,3	7,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>4.447,6</b>	<b>4.619,6</b>	<b>171,9</b>	<b>3,9%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>6.847,9</b>	<b>8.844,1</b>	<b>1.996,2</b>	<b>29,2%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>829,9</b>	<b>797,4</b>	<b>-32,4</b>	<b>-3,9%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>243,9</b>	<b>246,0</b>	<b>2,1</b>	<b>0,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>383.322,7</b>	<b>423.511,8</b>	<b>40.189,2</b>	<b>10,5%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>390.569,9</b>	<b>428.960,1</b>	<b>38.390,2</b>	<b>9,8%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>167.439,9</b>	<b>182.316,9</b>	<b>14.876,9</b>	<b>8,9%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>88.897,4</b>	<b>96.568,6</b>	<b>7.671,2</b>	<b>8,6%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>65.368,4</b>	<b>73.709,5</b>	<b>8.341,1</b>	<b>12,8%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.281,0	20.104,6	-1.176,4	-5,5%
IV.3.2 Anistiados	67,6	59,0	-8,7	-12,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	189,1	191,9	2,8	1,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.605,1	18.600,8	995,6	5,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	284,2	116,3	-167,9	-59,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
IV.3.10 Convênios	59,9	0,0	-59,9	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,1	0,0	-20,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	497,2	443,0	-54,3	-10,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	508,6	12.488,5	11.979,9	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.234,8	6.697,2	-2.537,6	-27,5%
IV.3.21 Transferências ANA	74,1	102,7	28,6	38,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	310,5	304,2	-6,3	-2,0%
IV.3.23 FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>68.864,1</b>	<b>76.365,0</b>	<b>7.500,9</b>	<b>10,9%</b>
IV.4.1 PAC	5.335,5	5.538,8	203,3	3,8%
d/q MCMV	509,0	431,0	-78,0	-15,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	76,1	76,1	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	60.367,3	66.910,2	6.542,9	10,8%
IV.4.5 LEJU/MPU	3.161,3	3.828,0	666,7	21,1%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-7.247,2</b>	<b>-5.448,3</b>	<b>1.799,0</b>	<b>-24,8%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>1.067,1</b>			
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>3.814,3</b>			
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-345,7</b>			
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-2.711,6</b>			
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-112.931,0</b>			
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-115.642,6</b>			

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>474.457,3</b>	<b>509.044,7</b>	<b>34.587,4</b>	<b>7,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>302.724,4</b>	<b>331.297,0</b>	<b>28.572,6</b>	<b>9,4%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
I.1.2 IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
I.1.3 Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
I.1.4 IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
I.1.5 COFINS	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
I.1.6 PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
I.1.7 CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
I.1.10 Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,9</b>	<b>0,0</b>	<b>17,9</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>118.982,0</b>	<b>121.444,3</b>	<b>2.462,2</b>	<b>2,1%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>52.768,8</b>	<b>56.303,5</b>	<b>3.534,7</b>	<b>6,7%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
I.4.8 Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>79.260,8</b>	<b>84.232,0</b>	<b>4.971,2</b>	<b>6,3%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>63.721,2</b>	<b>66.999,8</b>	<b>3.278,6</b>	<b>5,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>2.786,3</b>	<b>2.681,6</b>	<b>-104,7</b>	<b>-3,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>4.585,4</b>	<b>4.633,2</b>	<b>47,8</b>	<b>1,0%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>7.059,9</b>	<b>8.870,1</b>	<b>1.810,2</b>	<b>25,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>856,0</b>	<b>800,1</b>	<b>-55,9</b>	<b>-6,5%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>252,1</b>	<b>247,3</b>	<b>-4,8</b>	<b>-1,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>395.196,5</b>	<b>424.812,6</b>	<b>29.616,1</b>	<b>7,5%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>402.632,2</b>	<b>430.178,3</b>	<b>27.546,1</b>	<b>6,8%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>172.593,4</b>	<b>182.837,4</b>	<b>10.244,0</b>	<b>5,9%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>91.651,4</b>	<b>96.857,3</b>	<b>5.205,9</b>	<b>5,7%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>67.427,9</b>	<b>73.918,0</b>	<b>6.490,0</b>	<b>9,6%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
IV.3.2 Anistiados	69,7	59,1	-10,6	-15,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,9	192,4	-2,5	-1,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
IV.3.10 Convênios	61,7	0,0	-61,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,7	0,0	-20,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	200,6	181,3	-19,3	-9,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	670,0	638,5	-31,5	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	524,0	12.492,8	11.968,8	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
IV.3.21 Transferências ANA	76,3	103,0	26,6	34,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	319,9	305,0	-14,9	-4,7%
IV.3.23 FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>70.959,5</b>	<b>76.565,7</b>	<b>5.606,1</b>	<b>7,9%</b>
IV.4.1 PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
d/q MCMV	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	76,3	76,3	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
IV.4.5 LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-7.435,7</b>	<b>-5.365,7</b>	<b>2.070,1</b>	<b>-27,8%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>1.099,7</b>			
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>3.966,2</b>			
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-353,8</b>			
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-2.723,7</b>			
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-116.414,3</b>			
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-119.138,0</b>			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Abr/18 Abr/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>126.024,6</b>	<b>107.351,9</b>	<b>137.706,0</b>	<b>30.354,0</b>	<b>28,3%</b>	<b>11.681,3</b>	<b>9,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>77.406,3</b>	<b>67.867,8</b>	<b>85.259,2</b>	<b>17.391,4</b>	<b>25,6%</b>	<b>7.852,9</b>	<b>10,1%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.253,3	3.175,0	3.155,8	-19,2	-0,6%	902,5	40,1%
I.1.2 IPI	3.681,8	4.316,3	4.654,8	338,4	7,8%	973,0	26,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,6	419,6	432,1	12,5	3,0%	-26,4	-5,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	232,6	224,2	222,3	-1,9	-0,8%	-10,3	-4,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	475,2	382,9	464,6	81,8	21,4%	-10,6	-2,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.002,9	1.328,7	1.351,8	23,1	1,7%	349,0	34,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.512,5	1.961,0	2.183,9	222,9	11,4%	671,4	44,4%
I.1.3 Imposto de Renda	38.001,5	27.226,2	38.939,2	11.713,1	43,0%	937,7	2,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.420,9	1.401,2	9.040,9	7.639,7	545,2%	620,0	7,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.316,2	8.856,3	12.866,4	4.010,2	45,3%	550,2	4,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.264,3	16.968,7	17.031,9	63,2	0,4%	-232,4	-1,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.686,0	9.828,7	10.812,6	983,9	10,0%	1.126,6	11,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.793,8	3.543,5	3.454,7	-88,8	-2,5%	-339,1	-8,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.979,5	2.774,6	2.015,9	-758,7	-27,3%	-963,6	-32,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	805,0	821,9	748,7	-73,2	-8,9%	-56,3	-7,0%
I.1.4 IOF	3.376,0	2.785,5	3.155,2	369,7	13,3%	-220,8	-6,5%
I.1.5 Cofins	17.123,5	17.913,7	20.278,0	2.364,3	13,2%	3.154,5	18,4%
I.1.6 PIS/PASEP	4.656,6	4.952,5	5.399,5	447,0	9,0%	742,9	16,0%
I.1.7 CSLL	6.906,4	5.460,1	7.237,7	1.777,6	32,6%	331,3	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	508,8	413,0	456,3	43,3	10,5%	-52,5	-10,3%
I.1.10 Outras	898,5	1.625,5	1.982,5	357,1	22,0%	1.084,0	120,6%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>17,4</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>31.132,3</b>	<b>29.454,4</b>	<b>32.804,5</b>	<b>3.350,1</b>	<b>11,4%</b>	<b>1.672,2</b>	<b>5,4%</b>
I.3.1 Urbana	30.376,6	28.699,8	31.819,8	3.120,0	10,9%	1.443,1	4,8%
I.3.2 Rural	755,7	754,6	984,8	230,1	30,5%	229,1	30,3%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>17.503,4</b>	<b>10.029,7</b>	<b>19.642,3</b>	<b>9.612,5</b>	<b>95,8%</b>	<b>2.138,9</b>	<b>12,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.469,7	139,4	271,8	132,4	95,0%	-1.197,9	-81,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	222,0	477,4	223,1	-254,2	-53,3%	1,1	0,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.026,1	1.047,3	1.136,8	89,5	8,5%	110,6	10,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.810,9	1.966,8	8.551,8	6.585,1	334,8%	2.740,9	47,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.225,9	1.156,3	1.240,5	84,2	7,3%	14,6	1,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.569,1	1.608,3	1.586,9	-21,4	-1,3%	17,8	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	79,6	84,9	84,3	-0,6	-0,7%	4,8	6,0%
I.4.9 Demais Receitas	6.100,1	2.760,6	6.547,0	3.786,4	137,2%	446,9	7,3%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.996,6</b>	<b>17.725,5</b>	<b>18.497,4</b>	<b>771,9</b>	<b>4,4%</b>	<b>500,8</b>	<b>2,8%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>14.788,6</b>	<b>14.326,1</b>	<b>15.028,5</b>	<b>702,3</b>	<b>4,9%</b>	<b>239,9</b>	<b>1,6%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>680,5</b>	<b>634,0</b>	<b>690,9</b>	<b>56,9</b>	<b>9,0%</b>	<b>10,4</b>	<b>1,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	983,1	948,3	994,3	46,0	4,8%	11,2	1,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4	10,9	-3,5%	-0,9	0,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>935,2</b>	<b>974,7</b>	<b>965,4</b>	<b>-9,4</b>	<b>-1,0%</b>	<b>30,2</b>	<b>3,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.176,7</b>	<b>1.753,5</b>	<b>1.421,8</b>	<b>-331,7</b>	<b>-18,9%</b>	<b>245,1</b>	<b>20,8%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>396,4</b>	<b>0,0</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>-</b>	<b>-23,6</b>	<b>-6,0%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>19,3</b>	<b>37,1</b>	<b>18,1</b>	<b>-19,0</b>	<b>-51,1%</b>	<b>-1,2</b>	<b>-6,0%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>108.028,0</b>	<b>89.626,4</b>	<b>119.208,6</b>	<b>29.582,1</b>	<b>33,0%</b>	<b>11.180,6</b>	<b>10,3%</b>

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017		2018		Diferença Abr/18 Mar/18	Variação (%)	Diferença Abr/18 Abr/17	Variação (%)
	Abril	Março	Março	Abril				
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>129.506,4</b>	<b>107.588,1</b>	<b>137.706,0</b>	<b>137.706,0</b>	<b>30.117,9</b>	<b>28,0%</b>	<b>8.199,5</b>	<b>6,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>79.544,9</b>	<b>68.017,1</b>	<b>85.259,2</b>	<b>85.259,2</b>	<b>17.242,1</b>	<b>25,3%</b>	<b>5.714,3</b>	<b>7,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.315,6	3.182,0	3.155,8	3.155,8	-26,2	-0,8%	840,3	36,3%
I.1.2 IPI	3.783,5	4.325,8	4.654,8	4.654,8	329,0	7,6%	871,3	23,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	471,2	420,6	432,1	432,1	11,6	2,7%	-39,1	-8,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	239,0	224,7	222,3	222,3	-2,3	-1,0%	-16,7	-7,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	488,4	383,7	464,6	464,6	80,9	21,1%	-23,7	-4,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.030,6	1.331,6	1.351,8	1.351,8	20,2	1,5%	321,3	31,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.554,3	1.965,3	2.183,9	2.183,9	218,6	11,1%	629,6	40,5%
I.1.3 Imposto de Renda	39.051,4	27.286,0	38.939,2	38.939,2	11.653,2	42,7%	-112,2	-0,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.653,6	1.404,3	9.040,9	9.040,9	7.636,6	543,8%	387,3	4,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.656,5	8.875,7	12.866,4	12.866,4	3.990,7	45,0%	209,9	1,7%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.741,3	17.006,0	17.031,9	17.031,9	25,9	0,2%	-709,4	-4,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.953,6	9.850,3	10.812,6	10.812,6	962,3	9,8%	859,0	8,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.898,7	3.551,3	3.454,7	3.454,7	-96,6	-2,7%	-443,9	-11,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.061,8	2.780,7	2.015,9	2.015,9	-764,8	-27,5%	-1.045,9	-34,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	827,2	823,8	748,7	748,7	-75,0	-9,1%	-78,5	-9,5%
I.1.4 IOF	3.469,2	2.791,6	3.155,2	3.155,2	363,6	13,0%	-314,0	-9,1%
I.1.5 Cofins	17.596,6	17.953,1	20.278,0	20.278,0	2.324,9	12,9%	2.681,4	15,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.785,3	4.963,4	5.399,5	5.399,5	436,1	8,8%	614,3	12,8%
I.1.7 CSLL	7.097,2	5.472,1	7.237,7	7.237,7	1.765,6	32,3%	140,5	2,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	413,9	456,3	456,3	42,4	10,2%	-66,5	-12,7%
I.1.10 Outras	923,3	1.629,1	1.982,5	1.982,5	353,5	21,7%	1.059,2	114,7%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>17,9</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>31.992,4</b>	<b>29.519,2</b>	<b>32.804,5</b>	<b>32.804,5</b>	<b>3.285,3</b>	<b>11,1%</b>	<b>812,1</b>	<b>2,5%</b>
I.3.1 Urbana	31.215,9	28.762,9	31.819,8	31.819,8	3.056,9	10,6%	603,9	1,9%
I.3.2 Rural	776,5	756,3	984,8	984,8	228,5	30,2%	208,2	26,8%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>17.987,0</b>	<b>10.051,8</b>	<b>19.642,3</b>	<b>19.642,3</b>	<b>9.590,5</b>	<b>95,4%</b>	<b>1.655,3</b>	<b>9,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.510,3	139,7	271,8	271,8	132,1	94,6%	-1.238,5	-82,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	228,2	478,4	223,1	223,1	-255,3	-53,4%	-5,0	-2,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,5	1.049,6	1.136,8	1.136,8	87,2	8,3%	82,3	7,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.971,5	1.971,1	8.551,8	8.551,8	6.580,7	333,9%	2.580,3	43,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.158,8	1.240,5	1.240,5	81,7	7,0%	-19,3	-1,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.611,8	1.586,9	1.586,9	-24,9	-1,5%	-25,5	-1,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	81,7	85,1	84,3	84,3	-0,8	-1,0%	2,6	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	6.268,6	2.766,7	6.547,0	6.547,0	3.780,3	136,6%	278,4	4,4%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>18.493,8</b>	<b>17.764,5</b>	<b>18.497,4</b>	<b>18.497,4</b>	<b>732,9</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,6</b>	<b>0,0%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.197,1	14.357,6	15.028,5	15.028,5	670,8	4,7%	-168,7	-1,1%
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>699,3</b>	<b>635,4</b>	<b>690,9</b>	<b>690,9</b>	<b>55,5</b>	<b>8,7%</b>	<b>-8,4</b>	<b>-1,2%</b>
II.2.1 Repasse Total	1.010,2	950,4	994,3	994,3	43,9	4,6%	-15,9	-1,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-310,9	-315,1	-303,4	-303,4	11,6	-3,7%	7,5	-2,4%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>961,0</b>	<b>976,9</b>	<b>965,4</b>	<b>965,4</b>	<b>-11,5</b>	<b>-1,2%</b>	<b>4,3</b>	<b>0,4%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.209,2</b>	<b>1.757,4</b>	<b>1.421,8</b>	<b>1.421,8</b>	<b>-335,6</b>	<b>-19,1%</b>	<b>212,6</b>	<b>17,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>407,3</b>	<b>0,0</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>372,7</b>	<b>-</b>	<b>-34,6</b>	<b>-8,5%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>19,8</b>	<b>37,2</b>	<b>18,1</b>	<b>18,1</b>	<b>-19,0</b>	<b>-51,2%</b>	<b>-1,7</b>	<b>-8,5%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>111.012,6</b>	<b>89.823,6</b>	<b>119.208,6</b>	<b>119.208,6</b>	<b>29.385,0</b>	<b>32,7%</b>	<b>8.196,0</b>	<b>7,4%</b>

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>460.199,6</b>	<b>507.492,7</b>	<b>47.293,1</b>	<b>10,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>293.577,8</b>	<b>330.245,7</b>	<b>36.668,0</b>	<b>12,5%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	9.598,9	12.407,0	2.808,1	29,3%
I.1.2 IPI	13.969,4	18.329,7	4.360,3	31,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.581,2	1.841,0	259,8	16,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.008,8	991,8	-17,0	-1,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.385,8	1.554,4	168,6	12,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	4.048,0	5.172,0	1.124,1	27,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	5.945,6	8.770,4	2.824,8	47,5%
I.1.3 Imposto de Renda	134.026,5	141.423,8	7.397,3	5,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.335,2	13.413,2	78,1	0,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	52.575,4	55.910,8	3.335,4	6,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	68.116,0	72.099,8	3.983,8	5,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	38.185,4	42.067,6	3.882,2	10,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.422,1	15.330,7	-1.091,4	-6,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	10.078,3	10.779,2	700,9	7,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.430,2	3.922,3	492,1	14,3%
I.1.4 IOF	11.469,0	11.819,0	350,0	3,1%
I.1.5 Cofins	67.619,3	80.607,4	12.988,1	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.676,6	21.907,7	3.231,1	17,3%
I.1.7 CSLL	31.376,0	33.311,4	1.935,4	6,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.875,6	1.741,6	-134,0	-7,1%
I.1.10 Outras	4.966,4	8.698,2	3.731,7	75,1%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>17,4</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>115.437,6</b>	<b>121.104,2</b>	<b>5.666,5</b>	<b>4,9%</b>
I.3.1 Urbana	112.917,2	117.934,4	5.017,3	4,4%
I.3.2 Rural	2.520,5	3.169,7	649,2	25,8%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>51.201,5</b>	<b>56.142,8</b>	<b>4.941,2</b>	<b>9,7%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.029,9	971,2	-1.058,7	-52,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.994,1	705,9	-1.288,2	-64,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.083,4	4.269,1	185,7	4,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	14.971,0	20.382,2	5.411,2	36,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.438,1	4.536,2	98,1	2,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.428,5	7.651,0	222,5	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	341,5	361,8	20,3	5,9%
I.4.9 Demais Receitas	14.610,8	16.013,6	1.402,8	9,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>76.876,9</b>	<b>83.980,9</b>	<b>7.104,0</b>	<b>9,2%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>61.804,7</b>	<b>66.799,9</b>	<b>4.995,2</b>	<b>8,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>2.702,9</b>	<b>2.673,9</b>	<b>-29,0</b>	<b>-1,1%</b>
II.2.1 Repasse Total	4.117,0	4.428,2	311,3	7,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>4.447,6</b>	<b>4.619,6</b>	<b>171,9</b>	<b>3,9%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>6.847,9</b>	<b>8.844,1</b>	<b>1.996,2</b>	<b>29,2%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>829,9</b>	<b>797,4</b>	<b>-32,4</b>	<b>-3,9%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>243,9</b>	<b>246,0</b>	<b>2,1</b>	<b>0,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>383.322,7</b>	<b>423.511,8</b>	<b>40.189,2</b>	<b>10,5%</b>



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>474.457,3</b>	<b>509.044,7</b>	<b>34.587,4</b>	<b>7,3%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>302.724,4</b>	<b>331.297,0</b>	<b>28.572,6</b>	<b>9,4%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
I.1.2 IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.628,8	1.846,7	217,9	13,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.040,2	995,0	-45,2	-4,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.428,3	1.558,8	130,4	9,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	4.172,9	5.186,9	1.014,1	24,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.130,6	8.797,7	2.667,2	43,5%
I.1.3 Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.729,0	13.431,4	-297,6	-2,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	54.243,8	56.115,3	1.871,4	3,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	70.234,6	72.331,1	2.096,5	3,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	39.371,6	42.197,2	2.825,6	7,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.935,8	15.381,0	-1.554,8	-9,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	10.390,1	10.816,8	426,7	4,1%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.537,2	3.936,1	399,0	11,3%
I.1.4 IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
I.1.5 Cofins	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
I.1.6 PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
I.1.7 CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
I.1.10 Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-17,9</b>	<b>0,0</b>	<b>17,9</b>	<b>-100,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>118.982,0</b>	<b>121.444,3</b>	<b>2.462,2</b>	<b>2,1%</b>
I.3.1 Urbana	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
I.3.2 Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>52.768,8</b>	<b>56.303,5</b>	<b>3.534,7</b>	<b>6,7%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
I.4.8 Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>79.260,8</b>	<b>84.232,0</b>	<b>4.971,2</b>	<b>6,3%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>63.721,2</b>	<b>66.999,8</b>	<b>3.278,6</b>	<b>5,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>2.786,3</b>	<b>2.681,6</b>	<b>-104,7</b>	<b>-3,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>4.585,4</b>	<b>4.633,2</b>	<b>47,8</b>	<b>1,0%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>7.059,9</b>	<b>8.870,1</b>	<b>1.810,2</b>	<b>25,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>856,0</b>	<b>800,1</b>	<b>-55,9</b>	<b>-6,5%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>252,1</b>	<b>247,3</b>	<b>-4,8</b>	<b>-1,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>395.196,5</b>	<b>424.812,6</b>	<b>29.616,1</b>	<b>7,5%</b>

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18		Abr/18 Abr/17	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>222,0</b>	<b>477,4</b>	<b>223,1</b>	<b>-254,2</b>	<b>-53,3%</b>	<b>1,1</b>	<b>0,5%</b>
Banco do Brasil	0,0	475,8	0,0	-475,8	-100,0%	0,0	-
BNB	62,5	0,0	48,8	48,8	-	-13,7	-22,0%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	49,0	0,0	59,9	59,9	-	10,9	22,2%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	110,5	1,5	114,5	112,9	-	4,0	3,6%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Dez/16 Nov/16		Dez/16 Dez/15	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>228,2</b>	<b>478,4</b>	<b>223,1</b>	<b>-255,3</b>	<b>-53,4%</b>	<b>-5,0</b>	<b>-2,2%</b>
Banco do Brasil	0,0	476,9	0,0	-476,9	-100,0%	0,0	-
BNB	64,2	0,0	48,8	48,8	-	-15,5	-24,1%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	50,4	0,0	59,9	59,9	-	9,5	18,9%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	113,6	1,5	114,5	112,9	-	0,9	0,8%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.994,1</b>	<b>705,9</b>	<b>-1.288,2</b>	<b>-64,6%</b>
Banco do Brasil	142,5	475,8	333,4	2,3
BNB	62,5	48,8	-13,7	-0,2
BNDES	1.564,1	0,0	-1.564,1	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	52,6	59,9	7,3	0,1
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	172,4	121,4	-51,0	-0,3

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>2.052,1</b>	<b>707,0</b>	<b>-1.345,1</b>	<b>-65,5%</b>
Banco do Brasil	146,6	476,9	330,3	2,3
BNB	64,2	48,8	-15,5	-0,2
BNDES	1.609,6	0,0	-1.609,6	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	54,1	59,9	5,8	0,1
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	177,6	121,4	-56,1	-0,3

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Variação (%)		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Abr/18 Abr/17
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>95.712,1</b>	<b>114.107,0</b>	<b>112.022,1</b>	<b>-2.085,0</b>	<b>-1,8%</b>	<b>16.309,9</b>	<b>17,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>43.125,2</b>	<b>49.581,1</b>	<b>44.964,8</b>	<b>-4.616,3</b>	<b>-9,3%</b>	<b>1.839,6</b>	<b>4,3%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	33.870,6	39.118,7	35.468,9	-3.649,9	-9,3%	1.598,3	4,7%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	617,1	4.340,3	684,0	-3.656,3	-84,2%	66,9	10,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.483,1	25.906,8	22.469,2	-3.437,6	-13,3%	986,2	4,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	196,1	3.732,7	183,3	-3.549,4	-95,1%	-12,8	-6,5%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.001,1</b>	<b>15.024,5</b>	<b>24.005,5</b>	<b>8.981,0</b>	<b>59,8%</b>	<b>11.004,4</b>	<b>84,6%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.185,9	5.719,2	3.059,0	-2.660,1	-46,5%	-126,8	-4,0%
Abono	100,0	2.718,9	138,6	-2.580,3	-94,9%	38,6	38,6%
Seguro Desemprego	3.085,9	3.000,2	2.920,4	-79,8	-2,7%	-165,5	-5,4%
d/q Seguro Defeso	278,9	514,1	337,9	-176,2	-34,3%	59,0	21,1%
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,3	12,6	0,3	2,6%	-1,2	-8,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	51,8	51,6	-0,2	-0,3%	2,3	4,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	4.490,5	4.782,8	4.700,2	-82,6	-1,7%	209,8	4,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	83,7	195,9	79,7	-116,2	-59,3%	-4,0	-4,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,9	40,7	24,3	-16,4	-40,2%	-24,5	-50,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.828,5	866,6	3.136,3	2.269,7	261,9%	307,8	10,9%
IV.3.10 Convênios	16,0	0,0	0,0	0,0	-	-16,0	-100,0%
IV.3.11 Doações	6,9	0,0	0,0	0,0	-	-6,9	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0	39,0	105,5%	-66,3	-46,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5	295,6	30,7%	26,9	2,2%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	122,3	109,4	122,4	13,0	11,9%	0,1	0,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	181,1	1.102,3	10.882,2	9.779,9	887,2%	10.701,1	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	171,9	371,0	92,5	-278,5	-75,1%	-79,4	-46,2%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	68,0	371,0	94,6	-276,4	-74,5%	26,5	39,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	14,1	9,0	6,9	-2,1	-23,4%	-7,2	-51,0%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,3	0,5	0,4	-0,1	-17,4%	-3,9	-90,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-47,4	43,4	50,4	7,0	16,0%	97,8	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,7	24,4	12,2	-12,3	-50,2%	61,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	2,3	19,0	38,3	19,2	101,2%	35,9	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	23,3	51,4	5,6	-45,8	-89,1%	-17,6	-75,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,5	53,5	8,9	-44,5	-83,3%	-19,6	-68,6%
Concessão de Financiamento	-5,3	-2,1	-3,3	-1,2	60,1%	2,0	-37,0%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	-17,1	61,3	3,4	-57,9	-94,5%	20,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	22,7	57,7	69,0	11,3	19,6%	46,3	203,8%
Concessão de Financiamento	-39,8	3,6	-65,6	-69,2	-	-25,7	64,5%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	19,9	2,4	-17,5	-87,7%	2,4	-
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-9,7	39,1	19,3	-19,8	-50,7%	29,0	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	7,4	17,0	4,6	-12,3	-72,6%	-2,8	-37,4%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,7	1,4	1,6	0,1	9,0%	-1,2	-42,1%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	90,5	135,0	0,0	-135,0	-100,0%	-90,5	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1	7,0	-98,1%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	73,9	0,0	0,0	0,0	-	-73,9	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	30,0	0,0	-2,1	-2,1	-	-32,1	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	28,5	21,7	38,0	16,3	75,1%	9,5	33,5%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4	86,4	-	24,1	38,7%
IV.3.23 FIES	257,7	-2,2	305,2	307,4	-	47,4	18,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>18.102,8</b>	<b>23.594,7</b>	<b>20.582,6</b>	<b>-3.012,1</b>	<b>-12,8%</b>	<b>2.479,8</b>	<b>13,7%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivo	17.262,1	22.354,5	19.569,8	-2.784,7	-12,5%	2.307,7	13,4%
IV.4.1.1 PAC	1.856,7	1.703,2	1.898,2	194,9	11,4%	41,5	2,2%
d/q MCMV	273,8	57,7	196,5	138,8	240,5%	-77,4	-28,3%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	27,7	18,8	-8,9	-32,2%	18,8	-
IV.4.1.3 Demais	15.405,4	20.619,8	17.644,6	-2.975,2	-14,4%	2.239,2	14,5%
Min. da Saúde	7.703,5	9.978,0	8.484,7	-1.493,3	-15,0%	781,2	10,1%
Min. do Des. Social	2.913,7	3.024,8	2.904,0	-120,8	-4,0%	-9,7	-0,3%
Min. da Educação	2.500,4	2.568,1	2.320,1	-248,0	-9,7%	-180,3	-7,2%
Demais	2.287,9	5.048,9	3.935,7	-1.113,1	-22,0%	1.647,9	72,0%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	4,5	119,6%	8,2	-
IV.4.2 LEJU/MPU	840,7	1.240,2	1.012,8	-227,4	-18,3%	172,1	20,5%
Legislativo	110,8	173,4	136,5	-36,9	-21,3%	25,7	23,2%
Judiciário	574,7	897,2	701,1	-196,1	-21,9%	126,4	22,0%
Demais	155,1	169,6	175,2	5,6	3,3%	20,1	13,0%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017		2018		Diferença Abr/18 Mar/18	Variação (%) Abr/18 Mar/18	Diferença Abr/18 Abr/17	Variação (%) Abr/18 Abr/17
	Abril	Março	Abril	Março				
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>98.356,5</b>	<b>114.358,0</b>	<b>112.022,1</b>		<b>-2.335,9</b>	<b>-2,0%</b>	<b>13.665,6</b>	<b>13,9%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>44.316,6</b>	<b>49.690,1</b>	<b>44.964,8</b>		<b>-4.725,4</b>	<b>-9,5%</b>	<b>648,1</b>	<b>1,5%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	34.806,3	39.204,8	35.468,9		-3.735,9	-9,5%	662,5	1,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	634,1	4.349,8	684,0		-3.665,8	-84,3%	49,9	7,9%
IV.1.3 Benefícios Previdenciários - Urbano d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	9.510,3	10.485,3	9.495,9		-989,4	-9,4%	-14,4	-0,2%
IV.1.4 Benefícios Previdenciários - Rural d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	174,2	1.169,2	184,5		-984,7	-84,2%	10,3	5,9%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.076,6</b>	<b>25.963,8</b>	<b>22.469,2</b>		<b>-3.494,5</b>	<b>-13,5%</b>	<b>392,6</b>	<b>1,8%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	201,6	3.740,9	183,3		-3.539,3	-95,1%	-18,2	-9,0%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.360,3</b>	<b>15.057,6</b>	<b>24.005,5</b>		<b>8.947,9</b>	<b>59,4%</b>	<b>10.645,2</b>	<b>79,7%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	5.731,7	3.059,0		-2.672,7	-46,6%	-214,9	-6,6%
Abono	102,8	2.724,9	138,6		-2.586,3	-94,9%	35,9	34,9%
Seguro Desemprego	3.171,1	3.006,8	2.920,4		-86,4	-2,9%	-250,7	-7,9%
d/q Seguro Defeso	286,6	515,2	337,9		-177,3	-34,4%	51,3	17,9%
IV.3.2 Anistiados	14,1	12,3	12,6		0,3	2,4%	-1,5	-10,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,7	51,9	51,6		-0,3	-0,5%	0,9	1,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	4.614,5	4.793,4	4.700,2		-93,1	-1,9%	85,7	1,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	86,1	196,3	79,7		-116,6	-59,4%	-6,4	-7,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,0	790,6	0,0		-790,6	-100,0%	0,0	-
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	50,2	40,8	24,3		-16,5	-40,4%	-25,9	-51,5%
IV.3.10 Convênios	2.906,6	868,5	3.136,3		2.267,8	261,1%	229,6	7,9%
IV.3.11 Doações	16,5	0,0	0,0		0,0	-	-16,5	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	7,1	0,0	0,0		0,0	-	-7,1	-100,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	146,3	37,1	76,0		38,9	105,0%	-70,3	-48,0%
IV.3.14 FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	966,0	1.259,5		293,5	30,4%	-7,2	-0,6%
IV.3.15 Fundo Constitucional DF	125,7	109,6	122,4		12,8	11,7%	-3,3	-2,6%
IV.3.16 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.17 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,0	159,5	159,2		-0,4	-0,2%	-7,8	-4,7%
IV.3.18 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	1.104,8	10.882,2		9.777,5	885,0%	10.696,1	-
IV.3.20.1 Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	371,8	92,5		-279,3	-75,1%	-84,2	-47,6%
IV.3.20.1.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	69,9	371,8	94,6		-277,3	-74,6%	24,6	35,3%
IV.3.20.1.1.1 Equalização de custeio agropecuário	14,5	9,0	6,9		-2,1	-23,6%	-7,6	-52,4%
IV.3.20.1.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,4	0,5	0,4		-0,1	-17,6%	-4,0	-90,9%
IV.3.20.1.1.3 Política de preços agrícolas	-48,7	43,5	50,4		6,9	15,8%	99,1	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-51,1	24,5	12,2		-12,3	-50,3%	63,2	-
Garantia à Sustentação de Preços	2,4	19,1	38,3		19,2	100,7%	35,9	-
IV.3.20.1.1.4 Pronaf	23,9	51,5	5,6		-45,9	-89,1%	-18,3	-76,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	29,3	53,6	8,9		-44,6	-83,3%	-20,4	-69,5%
Concessão de Financiamento	-5,4	-2,1	-3,3		-1,2	59,8%	2,1	-38,7%
Aquisição	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.5 Proex	-17,6	61,4	3,4		-58,0	-94,5%	21,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,3	57,8	69,0		11,2	19,3%	45,6	195,6%
Concessão de Financiamento	-40,9	3,6	-65,6		-69,2	-	-24,6	60,1%
IV.3.20.1.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	20,0	2,4		-17,5	-87,8%	2,4	-
IV.3.20.1.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.11 Fundo da terra/ INCR A	-10,0	39,2	19,3		-19,9	-50,8%	29,3	-
IV.3.20.1.1.12 Funcafé	7,6	17,0	4,6		-12,4	-72,7%	-3,0	-39,1%
IV.3.20.1.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,8	1,5	1,6		0,1	8,8%	-1,2	-43,7%
IV.3.20.1.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	93,0	135,3	0,0		-135,3	-100,0%	-93,0	-100,0%
IV.3.20.1.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCCO	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1		7,0	-98,1%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	75,9	0,0	0,0		0,0	-	-75,9	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	30,8	0,0	-2,1		-2,1	-	-32,9	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	29,3	21,8	38,0		16,3	74,7%	8,8	29,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	64,0	0,0	86,4		86,4	-	22,4	35,0%
IV.3.23 FIES	264,9	-2,2	305,2		307,4	-	40,3	15,2%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>18.602,9</b>	<b>23.646,6</b>	<b>20.582,6</b>		<b>-3.064,0</b>	<b>-13,0%</b>	<b>1.979,7</b>	<b>10,6%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivo	17.739,0	22.403,6	19.569,8		-2.833,9	-12,6%	1.830,7	10,3%
IV.4.1.1 PAC	1.908,0	1.707,0	1.898,2		191,2	11,2%	-9,8	-0,5%
d/q MCMV	281,4	57,8	196,5		138,6	239,7%	-84,9	-30,2%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	27,8	18,8		-9,0	-32,3%	18,8	-
IV.4.1.3 Demais	15.831,1	20.665,2	17.644,6		-3.020,5	-14,6%	1.813,6	11,5%
Min. da Saúde	7.916,4	10.000,0	8.484,7		-1.515,2	-15,2%	568,4	7,2%
Min. do Des. Social	2.994,2	3.031,5	2.904,0		-127,4	-4,2%	-90,2	-3,0%
Min. da Educação	2.569,5	2.573,7	2.320,1		-253,6	-9,9%	-249,3	-9,7%
Demais	2.351,1	5.060,0	3.935,7		-1.124,2	-22,2%	1.584,7	67,4%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2		4,5	119,2%	8,2	-
IV.4.2 LEJU/MPU	863,9	1.242,9	1.012,8		-230,1	-18,5%	148,9	17,2%
Legislativo	113,9	173,7	136,5		-37,2	-21,4%	22,6	19,9%
Judiciário	590,6	899,2	701,1		-198,1	-22,0%	110,5	18,7%
Demais	159,4	170,0	175,2		5,2	3,1%	15,8	9,9%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>390.569,9</b>	<b>428.960,1</b>	<b>38.390,2</b>	<b>9,8%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>167.439,9</b>	<b>182.316,9</b>	<b>14.876,9</b>	<b>8,9%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	131.086,1	143.619,6	12.533,4	9,6%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.651,0	5.607,6	3.956,6	239,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	36.353,8	38.697,3	2.343,5	6,4%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	459,0	1.510,5	1.051,5	229,1%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>88.897,4</b>	<b>96.568,6</b>	<b>7.671,2</b>	<b>8,6%</b>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	608,3	4.059,2	3.450,9	567,3%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>65.368,4</b>	<b>73.709,5</b>	<b>8.341,1</b>	<b>12,8%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.281,0	20.104,6	-1.176,4	-5,5%
<i>Abono</i>	8.000,8	7.976,4	-24,4	-0,3%
<i>Seguro Desemprego</i>	13.280,2	12.128,2	-1.152,0	-8,7%
<i>d/q Seguro Defeso</i>	1.632,6	1.478,7	-153,9	-9,4%
IV.3.2 Anistiados	67,6	59,0	-8,7	-12,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	189,1	191,9	2,8	1,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.605,1	18.600,8	995,6	5,7%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	236,7	343,6	106,9	45,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	284,2	116,3	-167,9	-59,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
IV.3.10 Convênios	59,9	0,0	-59,9	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,1	0,0	-20,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	497,2	443,0	-54,3	-10,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	508,6	12.488,5	11.979,9	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.234,8	6.697,2	-2.537,6	-27,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.067,9	6.700,8	-2.367,0	-26,1%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.133,3	624,7	-508,5	-44,9%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.177,1	847,3	-329,8	-28,0%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-280,1	175,3	455,4	-
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-325,3	42,9	368,2	-
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	4,4	94,9	90,5	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.132,1	1.543,0	-589,0	-27,6%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	2.129,6	1.536,0	-593,5	-27,9%
<i>Concessão de Financiamento</i>	2,5	7,0	4,5	179,1%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	264,4	240,5	-23,9	-9,0%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	179,0	246,0	67,0	37,4%
<i>Concessão de Financiamento</i>	85,4	-5,5	-90,9	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	197,6	154,1	354,2%
IV.3.20.1.7 Alcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-28,1	30,0	58,1	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	30,7	39,5	8,9	28,9%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,2	5,4	-3,8	-41,2%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.373,3	2.830,7	-1.542,7	-35,3%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	159,7	135,0	-24,7	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipi	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,2	-10,2	-
IV.3.20.2 Proagro	295,6	0,0	-295,6	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-128,7	-3,7	125,0	-97,1%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	74,1	102,7	28,6	38,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	310,5	304,2	-6,3	-2,0%
IV.3.23 FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>68.864,1</b>	<b>76.365,0</b>	<b>7.500,9</b>	<b>10,9%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivo	65.702,8	72.537,0	6.834,2	10,4%
IV.4.1.1 PAC	5.335,5	5.538,8	203,3	3,8%
<i>d/q MCMV</i>	509,0	431,0	-78,0	-15,3%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	76,1	76,1	-
IV.4.1.3 Demais	60.367,3	66.912,2	6.544,9	10,8%
<i>Min. da Saúde</i>	30.049,5	33.377,2	3.327,7	11,1%
<i>Min. do Des. Social</i>	11.015,7	11.077,1	61,4	0,6%
<i>Min. da Educação</i>	8.766,2	7.852,8	-913,3	-10,4%
<i>Demais</i>	10.535,9	14.603,1	4.067,2	38,6%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.2 LEJU/MPU	3.161,3	3.828,0	666,7	21,1%
<i>Legislativo</i>	438,7	555,4	116,7	26,6%
<i>Judiciário</i>	2.133,6	2.677,9	544,3	25,5%
<i>Demais</i>	589,0	594,8	5,8	1,0%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	Jan-Abr/17
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>402.632,2</b>	<b>430.178,3</b>	<b>27.546,1</b>	<b>6,8%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>172.593,4</b>	<b>182.837,4</b>	<b>10.244,0</b>	<b>5,9%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.700,6	5.619,7	3.919,0	230,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	472,8	1.513,8	1.041,0	220,2%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>91.651,4</b>	<b>96.857,3</b>	<b>5.205,9</b>	<b>5,7%</b>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	626,7	4.068,0	3.441,3	549,1%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>67.427,9</b>	<b>73.918,0</b>	<b>6.490,0</b>	<b>9,6%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
<i>Abono</i>	8.254,5	8.005,8	-248,7	-3,0%
<i>Seguro Desemprego</i>	13.688,8	12.164,2	-1.524,6	-11,1%
<i>d/q Seguro Defeso</i>	1.682,6	1.482,4	-200,2	-11,9%
IV.3.2 Anistiados	69,7	59,1	-10,6	-15,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,9	192,4	-2,5	-1,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	243,8	344,3	100,5	41,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
IV.3.10 Convênios	61,7	0,0	-61,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,7	0,0	-20,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	200,6	181,3	-19,3	-9,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	670,0	638,5	-31,5	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	524,0	12.492,8	11.968,8	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.384,7	6.740,4	-2.644,3	-28,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.172,7	628,6	-544,1	-46,4%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.218,3	852,7	-365,6	-30,0%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-288,1	175,8	463,9	-
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	42,2	37,7	-4,5	-10,6%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-334,8	43,0	377,9	-
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	4,5	95,1	90,5	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.206,3	1.552,4	-653,9	-29,6%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	2.203,6	1.545,4	-658,2	-29,9%
<i>Concessão de Financiamento</i>	2,7	7,0	4,4	163,5%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	273,1	241,4	-31,6	-11,6%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	184,6	246,7	62,1	33,7%
<i>Concessão de Financiamento</i>	88,5	-5,3	-93,8	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	45,0	198,7	153,7	341,3%
IV.3.20.1.7 Alcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-28,9	30,0	58,9	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	31,6	39,7	8,0	25,3%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,6	5,5	-4,1	-42,8%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.526,5	2.848,5	-1.678,0	-37,1%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	164,1	135,3	-28,7	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,8	22,3	-2,4	-9,8%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,3	-10,2	-
IV.3.20.2 Proagro	304,7	0,0	-304,7	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-132,7	-3,7	129,0	-97,2%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	76,3	103,0	26,6	34,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	319,9	305,0	-14,9	-4,7%
IV.3.23 FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>70.959,5</b>	<b>76.565,7</b>	<b>5.606,1</b>	<b>7,9%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivo	67.702,3	72.727,7	5.025,3	7,4%
IV.4.1.1 PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
<i>d/q MCMV</i>	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	76,3	76,3	-
IV.4.1.3 Demais	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
<i>Min. da Saúde</i>	30.962,4	33.468,6	2.506,2	8,1%
<i>Min. do Des. Social</i>	11.354,3	11.107,8	-246,5	-2,2%
<i>Min. da Educação</i>	9.032,8	7.871,5	-1.161,3	-12,9%
<i>Demais</i>	10.857,2	14.640,8	3.783,6	34,8%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.2 LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
<i>Legislativo</i>	451,9	556,9	105,0	23,2%
<i>Judiciário</i>	2.198,3	2.684,8	486,5	22,1%
<i>Demais</i>	607,0	596,3	-10,6	-1,8%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Abr/2017						Jan-Abr/2018					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>			Dotação autorizada no ano <sup>4/</sup>	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar <sup>3/</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar <sup>3/</sup>	Total
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>65.943,0</b>	<b>9.335,1</b>	<b>2.411,2</b>	<b>1.971,1</b>	<b>6.190,1</b>	<b>8.161,2</b>	<b>53.529,1</b>	<b>20.671,5</b>	<b>5.320,7</b>	<b>3.773,9</b>	<b>8.332,1</b>	<b>12.106,0</b>
Câmara dos Deputados	130,3	3,2	0,5	0,4	5,9	6,3	118,7	6,2	1,5	1,5	5,0	6,6
Senado Federal	30,1	4,4	0,4	0,4	3,6	4,1	49,6	6,7	0,3	0,3	5,9	6,2
Tribunal de Contas da União	61,6	5,3	0,9	0,9	23,3	24,2	22,4	13,7	0,5	0,5	4,6	5,1
Supremo Tribunal Federal	26,5	3,7	0,4	0,4	0,5	0,9	41,4	2,8	0,4	0,4	9,1	9,5
Superior Tribunal de Justiça	30,2	1,9	0,1	0,1	3,0	3,1	33,5	5,0	0,1	0,1	2,5	2,6
Justiça Federal	394,9	61,4	3,3	3,2	36,1	39,2	282,7	855,3	827,6	827,5	73,6	901,2
Justiça Militar	6,9	0,2	0,0	0,0	0,4	0,4	9,1	0,6	0,0	0,0	0,7	0,8
Justiça Eleitoral	505,1	20,6	1,2	1,1	19,9	21,0	478,0	165,4	4,0	3,9	29,6	33,5
Justiça do Trabalho	649,4	54,9	4,9	4,4	39,0	43,4	704,9	267,4	183,5	180,6	113,6	294,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	127,7	1,4	0,0	0,0	4,5	4,5	25,1	4,4	0,0	0,0	16,2	16,2
Conselho Nacional de Justiça	46,0	0,2	0,2	0,2	1,0	1,2	49,9	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2
Presidência da República <sup>5/</sup>	1.202,8	17,9	4,8	4,8	55,2	60,0	1.499,7	67,7	5,0	4,9	143,0	147,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.300,4	6,0	0,1	0,1	34,9	35,0	2.286,8	207,2	197,5	197,5	59,1	256,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.068,4	1,6	0,1	0,1	59,6	59,6	909,7	0,6	0,0	0,0	235,6	235,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.288,6	73,5	31,4	23,3	132,4	155,8	757,0	275,2	164,8	144,8	127,4	272,2
Ministério da Fazenda	1.929,0	83,1	30,3	30,2	102,9	133,1	1.191,3	890,2	824,9	824,9	105,5	930,4
Ministério da Educação	6.407,0	171,7	62,2	45,9	1.019,4	1.065,3	4.735,5	666,7	65,5	25,7	914,4	940,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	70,4	2,7	0,6	0,6	2,3	3,0	107,5	6,7	0,4	0,4	14,8	15,1
Defensoria Pública da União	30,8	6,3	0,4	0,4	6,0	6,5	7,0	0,5	0,1	0,1	5,1	5,2
Ministério da Justiça	1.275,1	60,8	0,7	0,7	203,8	204,5	1.214,3	119,4	5,4	5,2	492,4	497,7
Ministério de Minas e Energia	70,2	4,1	0,1	0,1	5,5	5,6	80,1	7,7	1,4	1,4	9,9	11,3
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	260,7	25,7	4,7	4,7	42,8	47,6	92,1	26,6	3,5	3,5	44,0	47,5
Ministério das Relações Exteriores	35,2	1,3	1,1	1,1	4,0	5,2	61,8	2,0	1,5	1,5	9,1	10,6
Ministério da Saúde	7.254,8	303,4	129,1	112,0	625,7	737,7	5.145,5	994,3	61,2	55,5	1.850,5	1.906,0
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	14,9	0,2	0,1	0,1	0,6	0,7	18,5	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	14.092,9	4.980,9	955,1	795,0	1.925,2	2.720,2	11.051,3	5.610,5	981,2	957,0	1.831,3	2.788,3
Ministério do Trabalho e Previdência Social	99,1	33,2	0,0	0,0	8,3	8,4	63,7	8,7	0,1	0,1	37,5	37,6
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	362,3	55,4	16,4	15,6	19,4	35,0	224,0	11,8	1,7	0,5	36,1	36,6
Ministério do Meio Ambiente	562,6	9,6	1,7	1,7	22,7	24,4	104,2	13,2	0,1	0,1	21,9	22,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	742,6	5,1	0,0	0,0	47,5	47,5	657,5	146,6	0,0	0,0	75,2	75,2
Ministério da Defesa	9.846,6	1.959,9	230,2	224,3	631,8	856,0	9.860,7	6.387,7	1.761,5	322,4	876,5	1.199,0
Ministério da Integração Nacional	5.245,1	340,3	75,7	65,7	572,4	638,1	4.280,6	886,8	95,7	82,3	564,6	646,9
Ministério do Turismo	433,2	1,1	0,0	0,0	72,1	72,1	810,6	282,1	0,0	0,0	138,2	138,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	396,4	2,0	0,2	0,1	50,1	50,2	161,2	39,1	7,2	7,2	49,5	56,7
Ministério das Cidades	9.919,6	1.031,3	854,1	633,5	388,6	1.022,1	6.295,6	2.688,8	120,7	120,7	408,7	529,4
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,4	0,0	0,0	1,6	1,6	5,1	0,2	0,0	0,0	1,1	1,1
Advocacia Geral da União	20,8	0,3	0,0	0,0	2,1	2,1	15,1	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	77,5	3,4	3,4	3,4	16,4	19,8

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.



Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença Abr/18 Mar/18	Variação (%)	Diferença Abr/18 Abr/17	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>18.003,8</b>	<b>58.699,3</b>	<b>32.367,7</b>	<b>-26.331,6</b>	<b>-69,3%</b>	<b>14.363,9</b>	<b>79,8%</b>
Emissão de Títulos	7.857,7	35.451,9	24.164,4	-11.287,5	-31,8%	16.306,7	207,5%
Remuneração das Disponibilidades	8.911,0	7.366,8	7.265,8	-101,0	-1,4%	-1.645,2	-18,5%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.235,2	924,8	937,6	12,8	1,4%	-297,6	-24,1%
Resultado do Banco Central	0,0	14.955,8	0,0	-14.955,8	-100,0%	0,0	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>7.921,3</b>	<b>0,0</b>	<b>19.455,8</b>	<b>19.455,8</b>	<b>-</b>	<b>11.534,6</b>	<b>145,6%</b>
Resgate de Títulos	7.717,0	0,0	16.955,8	16.955,8	-	9.238,8	119,7%
Encargos da DPMF	204,3	0,0	2.500,0	2.500,0	-	2.295,7	-
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>10.082,6</b>	<b>58.699,3</b>	<b>12.911,9</b>	<b>-45.787,4</b>	<b>-78,0%</b>	<b>2.829,3</b>	<b>28,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>70.203,6</b>	<b>108.658,7</b>	<b>38.455,1</b>	<b>54,8%</b>
Emissão de Títulos	24.192,7	59.616,3	35.423,6	-
Remuneração das Disponibilidades	33.313,9	30.006,6	-3.307,3	-9,9%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	4.747,8	4.080,0	-667,7	-14,1%
Resultado do Banco Central	7.949,2	14.955,8	7.006,6	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>99.421,3</b>	<b>108.455,8</b>	<b>9.034,6</b>	<b>9,1%</b>
Resgate de Títulos	88.742,9	78.955,8	-9.787,0	-11,0%
Encargos da DPMF	10.678,4	29.500,0	18.821,6	176,3%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>-29.217,7</b>	<b>202,9</b>	<b>29.420,6</b>	<b>-100,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017		2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Março	Abril				
<b>1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>2.024.599,0</b>	<b>2.448.915,7</b>	<b>2.505.940,3</b>	<b>2.505.940,3</b>	<b>57.024,7</b>	<b>2,3%</b>	<b>481.341,4</b>	<b>23,8%</b>
Dívida Interna	4.716.330,9	5.198.907,4	5.233.850,0	5.233.850,0	34.942,7	0,7%	517.519,1	11,0%
<b>DPMFI em Poder do Público <sup>1/</sup></b>	<b>3.123.226,8</b>	<b>3.507.424,1</b>	<b>3.524.419,9</b>	<b>3.524.419,9</b>	<b>16.995,8</b>	<b>0,5%</b>	<b>401.193,1</b>	<b>12,8%</b>
LFT	962.763,2	1.129.811,4	1.164.161,3	1.164.161,3	34.349,9	3,0%	201.398,1	20,9%
LTN	750.639,6	892.073,3	855.484,4	855.484,4	-36.588,9	-4,1%	104.844,8	14,0%
NTN-B	935.809,2	975.113,7	985.110,0	985.110,0	9.996,4	1,0%	49.300,9	5,3%
NTN-C	84.731,1	74.439,9	74.530,8	74.530,8	90,9	0,1%	-10.200,3	-12,0%
NTN-F	340.154,1	384.343,0	393.774,0	393.774,0	9.431,0	2,5%	53.619,9	15,8%
Dívida Securitizada	8.118,9	6.349,2	5.809,1	5.809,1	-540,2	-8,5%	-2.309,9	-28,5%
Demais Títulos em Poder do Público	41.010,7	45.293,5	45.550,2	45.550,2	256,7	0,6%	-1,0	-11,1%
<b>DPMFI em Poder do Banco Central</b>	<b>1.625.898,3</b>	<b>1.723.084,8</b>	<b>1.740.303,7</b>	<b>1.740.303,7</b>	<b>17.218,9</b>	<b>1,0%</b>	<b>114.405,3</b>	<b>7,0%</b>
LFT	484.148,3	572.853,3	575.690,9	575.690,9	2.837,6	0,5%	91.542,6	18,9%
LTN	392.642,0	412.229,2	420.704,4	420.704,4	8.475,2	2,1%	28.062,4	7,1%
Demais Títulos na Carteira do BCB	749.108,0	738.002,3	743.908,3	743.908,3	5.906,0	0,8%	-5.199,7	-0,7%
<b>(-) Aplicações em Títulos Públicos</b>	<b>-40.008,7</b>	<b>-36.155,6</b>	<b>-35.416,7</b>	<b>-35.416,7</b>	<b>738,9</b>	<b>-2,0%</b>	<b>4.592,0</b>	<b>-11,5%</b>
<b>Demais Obrigações Internas</b>	<b>7.214,5</b>	<b>4.554,1</b>	<b>4.543,2</b>	<b>4.543,2</b>	<b>-10,9</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-2.671,3</b>	<b>-37,0%</b>
Haveres Internos	2.691.732,0	2.749.991,7	2.727.909,7	2.727.909,7	-22.082,0	-0,8%	36.177,7	1,3%
<b>Disponibilidades Internas</b>	<b>1.044.857,9</b>	<b>1.079.003,6</b>	<b>1.083.591,4</b>	<b>1.083.591,4</b>	<b>4.587,7</b>	<b>0,4%</b>	<b>38.733,5</b>	<b>3,7%</b>
<b>Haveres junto aos Governos Regionais</b>	<b>557.871,6</b>	<b>582.372,7</b>	<b>584.026,8</b>	<b>584.026,8</b>	<b>1.654,1</b>	<b>0,3%</b>	<b>26.155,2</b>	<b>4,7%</b>
Bônus Renegociados	4.963,4	5.107,0	5.327,1	5.327,1	220,1	4,3%	363,6	7,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	598,0	527,0	520,5	520,5	-6,5	-1,2%	-77,5	-13,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	16.055,8	17.775,6	17.976,8	17.976,8	201,2	1,1%	1.921,0	12,0%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	10.174,7	9.554,4	9.527,0	9.527,0	-27,4	-0,3%	-647,7	-6,4%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	490.907,9	516.221,9	517.792,6	517.792,6	1.570,7	0,3%	26.884,7	5,5%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.803,4	31.888,9	31.593,4	31.593,4	-295,5	-0,9%	-1.210,0	-3,7%
Antecipação de Royalties	2.353,8	1.284,9	1.276,2	1.276,2	-8,7	-0,7%	-1.077,6	-45,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	14,5	12,9	13,2	13,2	0,3	2,4%	-1,2	-8,6%
<b>Haveres da Administração Indireta</b>	<b>503.594,2</b>	<b>531.625,6</b>	<b>535.396,4</b>	<b>535.396,4</b>	<b>3.770,8</b>	<b>0,7%</b>	<b>31.802,2</b>	<b>6,3%</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	231.842,9	248.243,8	250.077,8	250.077,8	1.834,0	0,7%	18.234,9	7,9%
Fundos Constitucionais Regionais	120.063,0	131.559,6	132.565,6	132.565,6	1.006,0	0,8%	12.502,6	10,4%
Fundos Diversos	151.688,4	151.822,2	152.753,0	152.753,0	930,8	0,6%	1.064,7	0,7%
<b>Haveres Administrados pela STN</b>	<b>585.408,2</b>	<b>556.989,7</b>	<b>524.895,1</b>	<b>524.895,1</b>	<b>-32.094,7</b>	<b>-5,8%</b>	<b>-60.513,2</b>	<b>-10,3%</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	199,2	18,3	18,3	18,3	0,0	0,1%	-180,9	-90,8%
Haveres de Operações Estruturadas	21.309,4	17.044,8	16.921,1	16.921,1	-123,7	-0,7%	-4.388,3	-20,6%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	539.715,9	517.134,8	488.819,1	488.819,1	-28.315,7	-5,5%	-50.896,8	-9,4%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.183,7	22.791,9	19.136,6	19.136,6	-3.655,3	-16,0%	-5.047,2	-20,9%
<b>2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>120.045,1</b>	<b>128.066,2</b>	<b>133.250,5</b>	<b>133.250,5</b>	<b>5.184,2</b>	<b>4,0%</b>	<b>13.205,3</b>	<b>11,0%</b>
Dívida Externa	121.280,5	128.908,1	134.093,0	134.093,0	5.184,9	4,0%	12.812,5	10,6%
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>110.105,3</b>	<b>115.892,2</b>	<b>120.716,8</b>	<b>120.716,8</b>	<b>4.824,6</b>	<b>4,2%</b>	<b>10.611,5</b>	<b>9,6%</b>
Euro	4.662,4	4.192,1	4.202,5	4.202,5	10,5	0,2%	-459,9	-9,9%
Global US\$	94.793,6	101.147,6	105.876,4	105.876,4	4.728,8	4,7%	11.082,8	11,7%
Global BRL	10.649,2	10.552,6	10.637,9	10.637,9	85,3	0,8%	-11,4	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>Dívida Contratual</b>	<b>11.175,3</b>	<b>13.015,9</b>	<b>13.376,3</b>	<b>13.376,3</b>	<b>360,4</b>	<b>2,8%</b>	<b>2.201,0</b>	<b>19,7%</b>
Organismos Multilaterais	3.660,2	3.399,9	3.584,0	3.584,0	184,1	5,4%	-76,3	-2,1%
Cretores Privados e Ag. Governamentais	7.515,0	9.616,0	9.792,3	9.792,3	176,2	1,8%	2.277,2	30,3%
Haveres Externos	1.235,4	841,9	842,5	842,5	0,7	0,1%	-392,8	-31,8%
<b>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</b>	<b>1.235,4</b>	<b>841,9</b>	<b>842,5</b>	<b>842,5</b>	<b>0,7</b>	<b>0,1%</b>	<b>-392,8</b>	<b>-31,8%</b>
<b>3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)</b>	<b>2.144.644,1</b>	<b>2.576.981,9</b>	<b>2.639.190,8</b>	<b>2.639.190,8</b>	<b>62.208,9</b>	<b>2,4%</b>	<b>494.546,7</b>	<b>23,1%</b>
<b>4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>2/</sup></b>	<b>33,8%</b>	<b>38,9%</b>	<b>39,7%</b>	<b>39,7%</b>	<b>0,8%</b>	<b>2,0%</b>	<b>5,90%</b>	<b>17,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>78.568,0</b>	<b>69.435,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-69.435,5</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-78.568,0</b>	<b>-100,0%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.258,8	3.175,6	0,0	-3.175,6	-100,0%	-2.258,8	-100,0%
I.1.2 IPI	4.040,9	4.191,1	0,0	-4.191,1	-100,0%	-4.040,9	-100,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,6	419,6	0,0	-419,6	-100,0%	-458,6	-100,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	221,2	206,4	0,0	-206,4	-100,0%	-221,2	-100,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	463,1	316,2	0,0	-316,2	-100,0%	-463,1	-100,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.004,5	1.329,0	0,0	-1.329,0	-100,0%	-1.004,5	-100,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.893,5	1.919,8	0,0	-1.919,8	-100,0%	-1.893,5	-100,0%
I.1.3 Imposto de Renda	38.053,8	27.467,6	0,0	-27.467,6	-100,0%	-38.053,8	-100,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.429,6	1.357,2	0,0	-0,8	-100,0%	-8.429,6	-100,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.182,7	9.188,4	0,0	-9.188,4	-100,0%	-12.182,7	-100,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.441,4	16.922,1	0,0	-16.922,1	-100,0%	-17.441,4	-100,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.722,4	9.809,4	0,0	-9.809,4	-100,0%	-9.722,4	-100,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.761,4	3.510,2	0,0	-3.510,2	-100,0%	-3.761,4	-100,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.972,4	2.743,6	0,0	-2.743,6	-100,0%	-2.972,4	-100,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	985,2	858,9	0,0	-858,9	-100,0%	-985,2	-100,0%
I.1.4 IOF	3.347,3	2.761,9	0,0	-2.761,9	-100,0%	-3.347,3	-100,0%
I.1.5 COFINS	17.240,5	18.563,6	0,0	-18.563,6	-100,0%	-17.240,5	-100,0%
I.1.6 PIS/PASEP	4.631,7	5.027,1	0,0	-5.027,1	-100,0%	-4.631,7	-100,0%
I.1.7 CSLL	6.684,4	5.293,8	0,0	-5.293,8	-100,0%	-6.684,4	-100,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	506,5	403,5	0,0	-403,5	-100,0%	-506,5	-100,0%
I.1.10 Outras	1.804,1	2.551,1	0,0	-2.551,1	-100,0%	-1.804,1	-100,0%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>297.529,4</b>	<b>248.819,3</b>	<b>-48.710,2</b>	<b>-16,4%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	9.709,1	9.254,5	-454,6	-4,7%
I.1.2 IPI	14.862,7	12.810,6	-2.052,1	-13,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.588,0	1.408,9	-179,1	-11,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	989,8	747,6	-242,1	-24,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.364,5	1.007,1	-357,4	-26,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	4.056,9	3.825,1	-231,8	-5,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.863,6	5.821,8	-1.041,7	-15,2%
I.1.3 Imposto de Renda	133.958,0	101.392,8	-32.565,2	-24,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.202,8	4.064,7	-9.138,1	-69,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	52.389,7	42.873,6	-9.516,0	-18,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	68.365,6	54.454,5	-13.911,0	-20,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	38.794,7	31.198,5	-7.596,1	-19,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.148,6	11.747,6	-4.401,0	-27,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	9.836,6	8.577,1	-1.259,5	-12,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.585,8	2.931,3	-654,4	-18,3%
I.1.4 IOF	11.525,8	8.568,7	-2.957,1	-25,7%
I.1.5 COFINS	68.548,4	60.215,3	-8.333,1	-12,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.889,6	16.306,9	-2.582,7	-13,7%
I.1.7 CSLL	31.040,6	24.953,7	-6.087,0	-19,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.873,6	1.266,0	-607,6	-32,4%
I.1.10 Outras	7.121,6	14.050,8	6.929,2	97,3%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017		2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Março				
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.859,9</b>	<b>18.317,9</b>	<b>18.559,5</b>		<b>241,5</b>	<b>1,3%</b>	<b>699,6</b>	<b>3,9%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.788,6	14.326,1	15.028,5		702,3	4,9%	239,9	1,6%
I.2 Fundos Constitucionais	664,2	1.122,9	752,4		-370,5	-33,0%	88,2	13,3%
I.2.1 Repasse Total	966,8	1.437,3	1.055,8		-381,5	-26,5%	89,1	9,2%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4		10,9	-3,5%	-0,9	0,3%
I.3 Contribuição do Salário Educação	935,2	974,9	965,9		-9,0	-0,9%	30,7	3,3%
I.4 Compensações Financeiras	1.056,3	1.856,9	1.421,8		-435,1	-23,4%	365,5	34,6%
I.5 CIDE - Combustíveis	396,4	0,0	372,7		372,7	-	-23,6	-6,0%
I.6 Demais	19,3	37,1	18,1		-19,0	-51,1%	-1,2	-6,0%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0		0,0	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	0,0	29,7	9,4		-20,3	-68,3%	9,4	-
I.6.3 IOF Ouro	1,3	0,7	0,9		0,1	20,2%	-0,4	-30,1%
I.6.4 ITR	18,0	6,7	7,8		1,2	17,3%	-10,2	-56,5%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>95.577,1</b>	<b>114.995,6</b>	<b>111.360,7</b>		<b>-3.634,9</b>	<b>-3,2%</b>	<b>15.783,6</b>	<b>16,5%</b>
<b>II.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>42.965,8</b>	<b>49.668,9</b>	<b>45.040,5</b>		<b>-4.628,4</b>	<b>-9,3%</b>	<b>2.074,6</b>	<b>4,8%</b>
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	33.144,1	34.825,2	34.877,1		51,8	0,1%	1.733,0	5,2%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.037,3	9.337,2	9.293,8		-43,3	-0,5%	256,5	2,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	784,4	5.506,5	869,6		-4.636,9	-84,2%	85,2	10,9%
<b>II.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>21.361,7</b>	<b>25.968,5</b>	<b>22.339,6</b>		<b>-3.628,9</b>	<b>-14,0%</b>	<b>977,9</b>	<b>4,6%</b>
II.2.1 Ativo Civil	9.637,4	9.968,9	9.945,6		-23,3	-0,2%	308,2	3,2%
II.2.2 Ativo Militar	2.100,3	2.297,7	2.203,4		-94,3	-4,1%	103,1	4,9%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.075,7	6.294,9	6.346,3		51,4	0,8%	270,6	4,5%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.366,4	3.680,8	3.672,7		-8,0	-0,2%	306,4	9,1%
II.2.5 Outros	182,0	3.726,3	171,6		-3.554,7	-95,4%	-10,3	-5,7%
<b>II.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.928,1</b>	<b>16.272,8</b>	<b>25.549,6</b>		<b>9.276,8</b>	<b>57,0%</b>	<b>11.621,6</b>	<b>83,4%</b>
II.3.1 Abono e seguro desemprego	3.185,9	5.719,2	3.410,3		-2.308,8	-40,4%	224,5	7,0%
II.3.2 Anistiados	12,6	12,7	12,3		-0,4	-3,0%	-0,3	-2,6%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,8	52,7	53,5		0,8	1,5%	2,7	5,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.469,8	4.797,5	4.691,8		-105,7	-2,2%	222,1	5,0%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0		-788,8	-100,0%	0,0	-
II.3.8 Créditos Extraordinários	57,2	45,6	29,9		-15,6	-34,3%	-27,3	-47,7%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.828,5	866,6	3.136,3		2.269,7	261,9%	307,8	10,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	74,4	33,5	15,1		-18,4	-55,0%	-59,4	-79,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0		39,0	105,5%	-66,3	-46,6%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5		295,6	30,7%	26,9	2,2%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	123,0	110,7	122,2		11,5	10,4%	-0,8	-0,6%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	837,1	1.199,4	1.033,0		-166,4	-13,9%	195,8	23,4%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2		0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	177,8	1.095,4	10.880,7		9.785,3	893,3%	10.702,9	-
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	217,5	371,0	240,7		-130,3	-35,1%	23,2	10,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	14,1	9,0	6,9		-2,1	-23,4%	-7,2	-51,0%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,3	0,5	0,4		-0,1	-17,4%	-3,9	-90,6%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,7	24,4	12,2		-12,3	-50,2%	61,8	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	2,3	19,0	38,3		19,2	101,2%	35,9	-
II.3.19.6 Pronaf	23,3	51,4	5,6		-45,8	-89,1%	-17,6	-75,8%
II.3.19.7 Proex	-17,1	61,3	3,4		-57,9	-94,5%	20,5	-
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	19,9	2,4		-17,5	-87,7%	2,4	-
II.3.19.9 Alcool	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-9,7	39,1	27,4		-11,7	-30,0%	37,1	-
II.3.19.11 Funcafé	7,4	17,0	4,6		-12,3	-72,6%	-2,8	-37,4%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,7	1,4	1,6		0,1	9,0%	-1,2	-42,1%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	136,0	135,0	140,2		5,1	3,8%	4,2	3,1%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCCO	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1		7,0	-98,1%	-0,1	-
II.3.19.19 Proagro	73,9	0,0	0,0		0,0	-	-73,9	-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	30,0	0,0	-2,1		-2,1	-	-32,1	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	36,0	22,0	37,6		15,6	71,2%	1,6	4,4%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4		86,4	-	24,1	38,7%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	257,7	-2,2	305,2		307,4	-	47,4	18,4%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0		0,0	-	0,0	-
<b>II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo</b>	<b>17.321,5</b>	<b>23.085,3</b>	<b>18.431,0</b>		<b>-4.654,3</b>	<b>-20,2%</b>	<b>1.109,4</b>	<b>6,4%</b>
II.4.1 Obrigatórias	10.902,7	11.045,5	10.178,9		-866,6	-7,8%	-723,8	-6,6%
II.4.2 Discricionárias	6.418,8	12.039,7	8.252,1		-3.787,7	-31,5%	1.833,3	28,6%
<b>Memorando:</b>								
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)</b>	<b>113.437,0</b>	<b>133.313,5</b>	<b>129.920,2</b>		<b>-3.393,3</b>	<b>-2,5%</b>	<b>16.483,1</b>	<b>14,5%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>20.054,2</b>	<b>19.525,0</b>	<b>20.251,4</b>		<b>726,4</b>	<b>3,7%</b>	<b>197,2</b>	<b>1,0%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	19.499,2	19.150,6	20.082,9		932,2	4,9%	583,7	3,0%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.788,6	14.326,1	15.028,5		702,3	4,9%	239,9	1,6%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	935,2	974,9	965,9		-9,0	-0,9%	30,7	3,3%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.056,3	1.856,9	1.421,8		-435,1	-23,4%	365,5	34,6%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	396,4	0,0	372,7		372,7	-	-23,6	-6,0%
IV.1.5 Demais	2.322,7	1.992,7	2.293,9		301,2	15,1%	-28,8	-1,2%
IOF Ouro	1,3	0,7	0,9		0,1	20,2%	-0,4	-30,1%
ITR	18,0	6,7	7,8		1,2	17,3%	-10,2	-56,5%
FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5		295,6	30,7%	26,9	2,2%
Fundo Constitucional DF - FPDF	1.070,8	1.021,4	1.025,7		4,3	0,4%	-45,1	-4,2%
FCDF - OCC	123,0	110,7	122,2		11,5	10,4%	-0,8	-0,6%
FCDF - Pessoal	947,8	910,7	903,5		-7,2	-0,8%	-44,3	-4,7%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	57,2	45,6	29,9		-15,6	-34,3%	-27,3	-47,7%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0		0,0	-34,9%	0,0	17,8%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	7,0	8,4	8,7		0,3	3,1%	1,7	24,8%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	6,8	8,3	8,4		0,2	2,0%	1,6	23,8%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,2	0,2	0,3		0,1	61,6%	0,1	68,6%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	490,9	320,4	129,9		-190,5	-59,4%	-361,0	-73,5%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>93.382,8</b>	<b>113.788,5</b>	<b>109.668,8</b>		<b>-4.119,7</b>	<b>-3,6%</b>	<b>16.285,9</b>	<b>17,4%</b>

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença Abr/18 Mar/18	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr		
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>76.319,0</b>	<b>83.872,5</b>	<b>7.553,6</b>	<b>9,9%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
I.2 Fundos Constitucionais	2.262,9	2.564,9	301,9	13,3%
I.2.1 Repasse Total	3.677,0	4.319,2	642,2	17,5%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
I.3 Contribuição do Salário Educação	4.450,1	4.620,3	170,2	3,8%
I.4 Compensações Financeiras	6.727,5	8.844,1	2.116,6	31,5%
I.5 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
I.6 Demais	243,9	246,0	2,1	0,9%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	33,1	48,8	15,7	47,3%
I.6.3 IOF Ouro	5,7	4,1	-1,6	-27,4%
I.6.4 ITR	112,5	103,1	-9,4	-8,4%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>388.925,6</b>	<b>426.276,2</b>	<b>37.350,6</b>	<b>9,6%</b>
<b>II.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>168.345,8</b>	<b>182.894,0</b>	<b>14.548,2</b>	<b>8,6%</b>
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	130.254,7	138.678,5	8.423,7	6,5%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	35.980,8	37.096,6	1.115,8	3,1%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	2.110,2	7.118,9	5.008,7	237,4%
<b>II.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>86.562,4</b>	<b>93.962,9</b>	<b>7.400,5</b>	<b>8,5%</b>
II.2.1 Ativo Civil	40.138,6	41.252,3	1.113,8	2,8%
II.2.2 Ativo Militar	8.223,7	8.686,4	462,7	5,6%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	24.339,3	25.372,1	1.032,8	4,2%
II.2.4 Reformas e pensões militares	13.316,5	14.626,3	1.309,8	9,8%
II.2.5 Outros	544,4	4.025,8	3.481,4	639,5%
<b>II.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>68.848,1</b>	<b>78.068,5</b>	<b>9.220,4</b>	<b>13,4%</b>
II.3.1 Abono e seguro desemprego	21.280,3	20.455,9	-824,3	-3,9%
II.3.2 Anistiados	67,3	59,0	-8,3	-12,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,4	202,6	8,2	4,2%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.656,3	18.626,7	970,4	5,5%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
II.3.8 Créditos Extraordinários	405,7	142,5	-263,2	-64,9%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	146,0	77,8	-68,2	-46,7%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	494,7	442,9	-51,8	-10,5%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	3.135,5	3.770,9	635,4	20,3%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	501,6	12.470,1	11.968,6	-
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.339,6	6.848,2	-2.491,3	-26,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.133,3	624,7	-508,5	-44,9%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.177,1	847,3	-329,8	-28,0%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-325,3	42,9	368,2	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	4,4	94,9	90,5	-
II.3.19.6 Pronaf	2.132,1	1.543,0	-589,0	-27,6%
II.3.19.7 Proex	264,4	240,5	-23,9	-9,0%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	197,6	154,1	354,2%
II.3.19.9 Alcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-28,1	41,0	69,0	-
II.3.19.11 Funcafé	29,6	39,5	9,9	33,5%
II.3.19.12 Revitaliza	5,8	5,4	-0,4	-6,1%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.373,3	2.830,7	-1.542,7	-35,3%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	269,0	275,2	6,2	2,3%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,2	-10,2	-
II.3.19.19 Proagro	295,6	0,0	-295,6	-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	-128,7	-3,7	125,0	-97,1%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	80,3	102,0	21,7	27,1%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	310,5	268,4	-42,1	-13,6%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
<b>II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo</b>	<b>65.169,3</b>	<b>71.350,8</b>	<b>6.181,5</b>	<b>9,5%</b>
II.4.1 Obrigatórias	39.217,8	40.539,6	1.321,7	3,4%
II.4.2 Discricionárias	25.951,5	30.811,3	4.859,8	18,7%
<b>Memorando:</b>				
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)</b>	<b>465.244,6</b>	<b>510.148,7</b>	<b>44.904,2</b>	<b>9,7%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>84.859,7</b>	<b>92.333,1</b>	<b>7.473,5</b>	<b>8,8%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	83.845,2	91.526,2	7.680,9	9,2%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	4.450,1	4.620,3	170,2	3,8%
IV.1.3 Compensações Financeiras	6.727,5	8.844,1	2.116,6	31,5%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
IV.1.5 Demais	10.033,1	10.464,6	431,4	4,3%
IOF Ouro	5,7	4,1	-1,6	-27,4%
ITR	112,5	103,1	-9,4	-8,4%
FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
Fundo Constitucional DF - FCDF	4.229,3	4.254,1	24,7	0,6%
FCDF - OCC	494,7	442,9	-51,8	-10,5%
FCDF - Pessoal	3.734,6	3.811,2	76,5	2,0%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	405,7	142,5	-263,2	-64,9%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	-30,2%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	43,7	22,7	-21,0	-48,0%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	36,1	22,2	-13,9	-38,5%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	7,6	0,6	-7,1	-92,6%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	565,1	641,7	76,6	13,6%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>380.384,9</b>	<b>417.815,6</b>	<b>37.430,7</b>	<b>9,8%</b>

Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Variação (%)		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Abr/18 Abr/17	Abr/18 Abr/17
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>113.437,0</b>	<b>133.313,5</b>	<b>129.920,2</b>	<b>-3.393,3</b>	<b>-2,5%</b>	<b>16.483,1</b>	<b>14,5%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>109.304,9</b>	<b>128.621,0</b>	<b>125.418,5</b>	<b>-3.202,5</b>	<b>-2,5%</b>	<b>16.113,6</b>	<b>14,7%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>810,9</b>	<b>887,3</b>	<b>855,9</b>	<b>-31,4</b>	<b>-3,5%</b>	<b>45,0</b>	<b>5,6%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	384,2	431,7	414,1	-17,6	-4,1%	30,0	7,8%
I.2.2 Senado Federal	285,4	313,4	297,3	-16,1	-5,1%	12,0	4,2%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	141,4	142,2	144,5	2,2	1,6%	3,1	2,2%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>2.859,5</b>	<b>3.309,3</b>	<b>3.138,6</b>	<b>-170,7</b>	<b>-5,2%</b>	<b>279,2</b>	<b>9,8%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	42,8	44,7	49,6	4,9	10,8%	6,8	15,8%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,6	101,8	104,3	2,4	2,4%	11,6	12,6%
I.3.3 Justiça Federal	745,2	817,4	818,1	0,8	0,1%	-1,0	9,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	35,3	37,9	38,0	0,1	0,3%	2,7	7,7%
I.3.5 Justiça Eleitoral	452,4	525,7	526,4	0,8	0,1%	74,1	16,4%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.303,0	1.581,8	1.388,8	-192,9	-12,2%	85,8	6,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	178,0	188,9	204,5	15,7	8,3%	26,5	14,9%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,1	11,2	8,8	-2,4	-21,5%	-1,3	-12,9%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>40,1</b>	<b>42,4</b>	<b>45,0</b>	<b>2,6</b>	<b>6,3%</b>	<b>5,0</b>	<b>12,4%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>421,7</b>	<b>453,5</b>	<b>462,1</b>	<b>8,6</b>	<b>1,9%</b>	<b>40,4</b>	<b>9,6%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	416,8	447,7	456,0	8,3	1,9%	39,2	9,4%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,8	6,0	0,3	4,5%	1,2	23,9%
<b>Memorando:</b>							
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>93.382,8</b>	<b>113.788,5</b>	<b>109.668,8</b>	<b>-4.119,7</b>	<b>-3,6%</b>	<b>16.285,9</b>	<b>17,4%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>89.261,0</b>	<b>109.104,7</b>	<b>105.176,0</b>	<b>-3.928,7</b>	<b>-3,6%</b>	<b>15.915,0</b>	<b>17,8%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>810,6</b>	<b>887,3</b>	<b>855,9</b>	<b>-31,4</b>	<b>-3,5%</b>	<b>45,3</b>	<b>5,6%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	383,9	431,7	414,1	-17,6	-4,1%	30,2	7,9%
II.2.2 Senado Federal	285,4	313,4	297,3	-16,1	-5,1%	12,0	4,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	141,4	142,2	144,5	2,2	1,6%	3,1	2,2%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>2.849,5</b>	<b>3.300,6</b>	<b>3.129,8</b>	<b>-170,8</b>	<b>-5,2%</b>	<b>280,3</b>	<b>9,8%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	42,8	44,7	49,6	4,9	10,8%	6,8	15,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,1	101,8	0,0	-101,8	-100,0%	-92,1	-100,0%
II.3.3 Justiça Federal	745,0	817,4	818,1	0,8	0,1%	73,1	9,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	35,2	37,9	0,0	-37,9	-100,0%	-35,2	-100,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	444,5	517,2	517,7	0,5	0,1%	73,2	16,5%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.301,7	1.581,5	1.388,7	-192,8	-12,2%	87,1	6,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	178,0	188,9	204,5	15,7	8,3%	26,5	14,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,1	11,2	8,8	-2,4	-21,5%	-1,3	-12,9%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>40,1</b>	<b>42,4</b>	<b>45,0</b>	<b>2,6</b>	<b>6,3%</b>	<b>5,0</b>	<b>12,4%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>421,7</b>	<b>453,5</b>	<b>462,1</b>	<b>8,6</b>	<b>1,9%</b>	<b>40,4</b>	<b>9,6%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	416,8	447,7	456,0	8,3	1,9%	39,2	9,4%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,8	6,0	0,3	4,5%	1,2	23,9%



Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>465.244,6</b>	<b>510.148,7</b>	<b>44.904,2</b>	<b>9,7%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>447.799,6</b>	<b>491.189,7</b>	<b>43.390,1</b>	<b>9,7%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>3.390,3</b>	<b>3.548,4</b>	<b>158,0</b>	<b>4,7%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	1.630,1	1.731,2	101,1	6,2%
I.2.2 Senado Federal	1.171,8	1.228,0	56,3	4,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	588,4	589,1	0,7	0,1%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>12.051,7</b>	<b>13.263,9</b>	<b>1.212,2</b>	<b>10,1%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	175,5	191,1	15,6	8,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	394,9	424,3	29,4	7,4%
I.3.3 Justiça Federal	3.219,3	3.471,5	252,2	7,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	141,3	147,8	6,5	4,6%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.963,4	2.138,4	175,0	8,9%
I.3.6 Justiça do Trabalho	5.348,3	6.026,6	678,3	12,7%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	772,8	824,5	51,7	6,7%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	36,2	39,7	3,5	9,6%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>182,0</b>	<b>181,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>1.821,0</b>	<b>1.965,3</b>	<b>144,3</b>	<b>7,9%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	1.799,4	1.943,2	143,9	8,0%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	21,6	22,1	0,5	2,2%
<b>Memorando:</b>				
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>380.384,9</b>	<b>417.815,6</b>	<b>37.430,7</b>	<b>9,8%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>363.023,9</b>	<b>398.880,4</b>	<b>35.856,5</b>	<b>9,9%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>3.379,8</b>	<b>3.548,4</b>	<b>168,5</b>	<b>5,0%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.619,6	1.731,2	111,6	6,9%
II.2.2 Senado Federal	1.171,8	1.228,0	56,3	4,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	588,4	589,1	0,7	0,1%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>11.978,3</b>	<b>13.240,1</b>	<b>1.261,8</b>	<b>10,5%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	175,5	191,1	15,6	8,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	393,2	423,8	30,7	7,8%
II.3.3 Justiça Federal	3.215,9	3.471,5	255,6	7,9%
II.3.4 Justiça Militar da União	141,1	147,7	6,6	4,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.916,9	2.115,6	198,8	10,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	5.327,1	6.026,1	699,0	13,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	772,5	824,5	52,1	6,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	36,2	39,7	3,5	9,6%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>182,0</b>	<b>181,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,3%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>1.821,0</b>	<b>1.965,3</b>	<b>144,3</b>	<b>7,9%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	1.799,4	1.943,2	143,9	8,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	21,6	22,1	0,5	2,2%

# Boletim

## FPM / FPE / IPI-Exportação

Em abril de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 4,8% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 11,7 bilhões, ante R\$ 11,1 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ milhões

Origens	2017			2018			Variação Nominal		
	Março	Abril	Até Abril	Março	Abril	Até Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Até Abr/18 Abr/17
FPM	4.895,6	5.898,4	24.702,4	5.690,0	5.965,8	26.569,2	4,8%	1,1%	7,6%
FPE	4.678,1	5.636,3	23.603,9	5.437,2	5.700,7	25.388,4	4,8%	1,1%	7,6%
IPI - Exp	245,3	296,2	1.137,5	333,7	356,3	1.482,3	6,8%	20,3%	30,3%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

### Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Abril	-0,1%	4,8%	-0,1%	4,8%	1,7%	6,8%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

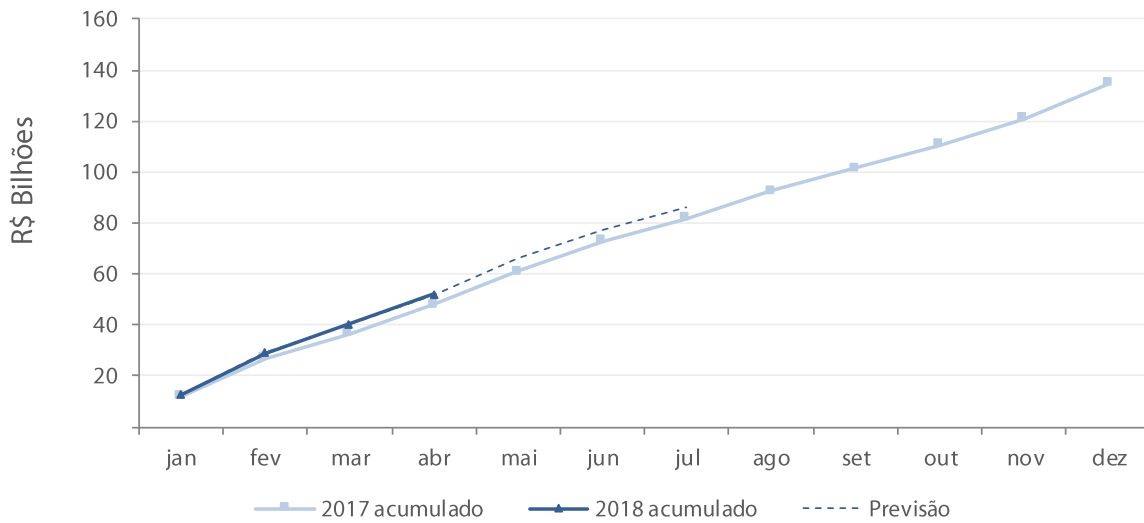
### Estimativa Trimestral

FUNDOS	Maio	Junho	Julho
FPM	20,1%	-20,0%	-19,0%
FPE	20,1%	-20,0%	-19,0%
IPI - EXP	-0,3%	-5,0%	12,0%

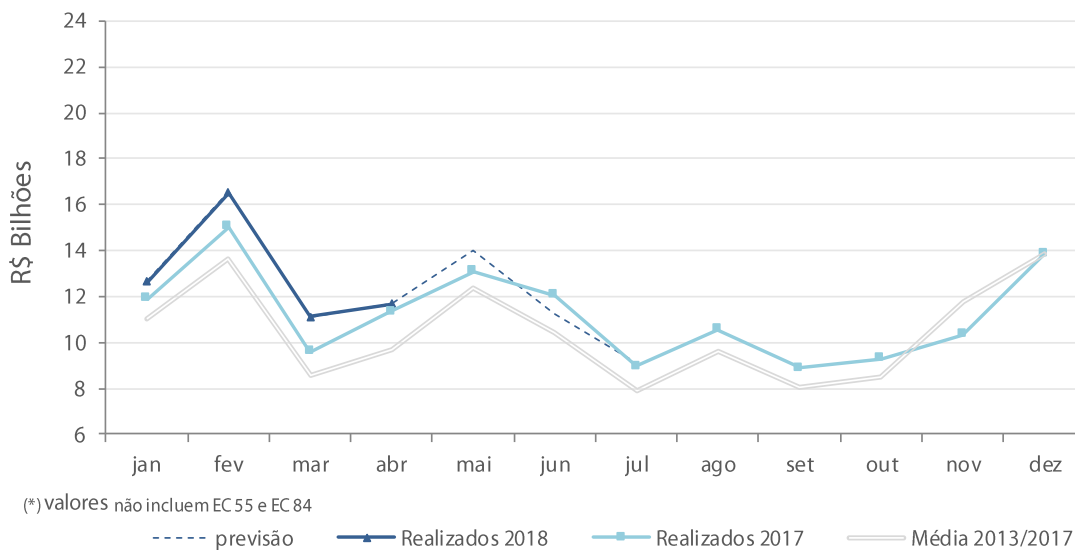
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

## Gráficos

### Valores Acumulados (FPM e FPE)



### Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2018 a 20/04/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
MAR/3º DEC	2.846,1	13.494,1	16.340,3	ABR/1º DEC	2.810,5	2.941,2	227,7	5.979,5
ABR/1º DEC	940,6	2.411,7	3.352,3	ABR/2º DEC	576,6	603,4	75,2	1.255,3
ABR/2º DEC	666,8	12.784,1	13.450,9	ABR/3º DEC	2.313,6	2.421,2	53,3	4.788,1
<b>TOTAL</b>	<b>4.453,5</b>	<b>28.689,9</b>	<b>33.143,5</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.700,7</b>	<b>5.965,8</b>	<b>356,3</b>	<b>12.022,8</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

## Resultado do Tesouro Nacional – Abril/2018

## Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	32.062,9	196.513,1	26,8
Alagoas	AL	135.599,9	238.777,2	801,3
Amazonas	AM	96.570,1	164.167,5	1.664,7
Amapá	AP	23.625,4	194.878,2	580,4
Bahia	BA	548.418,7	532.893,2	15.312,7
Ceará	CE	296.833,6	415.756,4	3.363,1
Distrito Federal	DF	10.281,5	39.238,7	454,6
Espírito Santo	ES	106.612,9	88.020,5	14.430,8
Goiás	GO	218.980,7	163.113,7	8.360,9
Maranhão	MA	250.935,7	409.829,7	4.111,3
Minas Gerais	MG	783.637,4	255.473,0	44.249,2
Mato Grosso do Sul	MS	87.606,0	76.491,6	6.495,6
Mato Grosso do Sul	MT	108.955,3	131.593,6	4.975,2
Pará	PA	209.768,6	349.130,6	21.354,1
Paraíba	PB	187.462,5	271.976,0	305,5
Pernambuco	PE	293.762,9	391.359,1	5.019,3
Piauí	PI	158.733,5	246.269,0	94,3
Paraná	PR	403.180,4	163.146,2	33.800,0
Rio de Janeiro	RJ	175.694,0	90.299,9	63.811,7
Rio Grande do Norte	RN	147.943,7	236.721,1	307,5
Rondônia	RO	52.867,0	162.175,5	1.055,6
Roraima	RR	30.090,1	141.302,0	15,7
Rio Grande do Sul	RS	403.690,7	131.506,2	32.599,0
Santa Catarina	SC	232.817,0	73.446,0	21.271,7
Sergipe	SE	89.307,5	235.209,2	230,2
São Paulo	SP	795.355,6	56.037,9	71.256,4
Tocantins	TO	85.030,9	245.351,6	334,2
<b>TOTAL</b>		<b>5.965.824,4</b>	<b>5.700.676,5</b>	<b>356.281,8</b>

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

**Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT**  
**Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED**

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: [coint.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:coint.df.stn@fazenda.gov.br) ou [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)